

# NUNO ÁLVARES PEREIRA (1360-1431): DE GENERAL A CARMELITA<sup>1</sup>

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO  
Universidad de Coimbra

**Recibido:** 15 de marzo de 2018

**Aceptado:** 1 de junio de 2018

## Resumo

Este artigo constitui uma revisitação da figura de Nuno Álvares Pereira (1360-1431), um dos maiores heróis da história de Portugal. O texto começa por identificar o percurso inicial da família dos Pereiras e as fontes para a reconstituição da vida do célebre Condestável português. Depois, evoca os momentos principais da sua brilhante carreira militar e tenta perceber em que medida é que ela foi decisiva para a acumulação de um imenso património senhorial, que tornou Nun'Álvares no senhor mais rico de Portugal. Por fim, procuram-se compreender as motivações que levaram o Condestável (canonizado em 2009) a optar pela vida religiosa no Convento do Carmo, em Lisboa, onde faleceu.

## Palavras-chave

Nuno Álvares Pereira; Guerra na Idade Média; Portugal medieval; Condestável; Ordem do Carmo.

## Resumen

Este artículo es una breve revisión de la figura de Nuno Álvares Pereira (1360-1431), uno de los más grandes héroes de la historia de Portugal. El texto busca identificar primero el recorrido inicial de la familia de los Pereiras y asimismo las fuentes disponibles para estudiar la vida del famoso Condestable portugués. Luego evoca los momentos clave de su brillante carrera militar y trata de entender en qué medida fue decisiva para la acumulación de un enorme patrimonio señorial, que hizo de Nun'Álvares el señor más rico de Portugal. Por último, este artículo trata de comprender las motivaciones que llevaron al Condestable (canonizado en 2009) a optar por la vida religiosa en el Monasterio del Carmo, en Lisboa, donde murió.

## Palabras clave

Nuno Álvares Pereira; Guerra en la Edad Media; Portugal medieval; Condestable; Orden de los Carmelitas.

## Abstract

This article is a review of the figure of Nuno Álvares Pereira (1360-1431), one of Portugal's greatest heroes. The text starts with the identification both of the initial development of the Pereiras family

---

<sup>1</sup> Este texto segue a arquitetura e as grandes linhas de força do que muito recentemente apresentámos, com muito mais largueza, em MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira, guerreiro, senhor feudal, santo. Os três rostos do Condestável* (Manuscrito, Lisboa, novembro de 2017, 372 pp.). Correo electrónico: joao.g.monteiro@sapo.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3418-0217>.

and the sources available for reconstituting the life of the famous Portuguese Constable. It continues evoking the most relevant moments of his brilliant military career, and trying to explain to what extent his career was decisive in the acquisition of such an immense feudal patrimony, which made Nuno Álvares the richest noble in Portugal. Finally, this article seeks to learn about the motivations that led the Constable, canonized in 2009, to opt for religious life in the Carmo Convent, in Lisbon, where he died.

### **Keywords**

Nuno Álvares Pereira; War in the Middle Ages; Medieval Portugal; Constable; Order of the Carmelites.

## **1. Introdução: os Pereiras**

Nuno Álvares Pereira, uma das figuras mais queridas e mais conhecidas da história portuguesa, nasceu em 1360, possivelmente no dia 24 de junho, em Cernache do Bonjardim (no centro de Portugal). Nuno era um dos mais de trinta filhos do Prior da Ordem do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, que, por sua vez, descendia do arcebispo de Braga (D. Gonçalo Pereira) e de uma dama chamada Teresa Pires Vilarinho.

Os Pereiras são uma família de provável origem galega, ligada aos Trastâmaras, que deve ter entrado em Portugal na primeira metade do século XII. A primeira personagem documentada é Gonçalo Rodrigues de Palmeira, o quinto avô paterno de Nuno Álvares. Este homem terá sido o fundador e padroeiro do Mosteiro de Landim e era também senhor do couto de Palmeira (Santo Tirso, perto do Porto). Ao longo do século XII, a família Pereira alcançou um certo estatuto social, tendo um filho de Gonçalo Rodrigues, chamado Rui Gonçalves de Pereira, fundado a quintã e honra de Pereira, localizada em terra de Vermoim, a nordeste de Vila Nova de Famalicão. Deve ser esta a origem do apelido da família “Pereira”<sup>2</sup>.

Devido à ascensão de novas linhagens, a família Pereira desaparece da corte régia portuguesa ao longo do século XIII. Ainda assim, regista-se algum alargamento do seu património para as terras vizinhas de Braga, de Refóios de Riba de Ave e de Faria. É neste contexto que surge a figura de Gonçalo Pires Pereira (o bisavô paterno de Nun’Álvares), que, além de comendador de diversas localidades nortenhas, foi também “grão-comendador do Hospital nos cinco reinos de Espanha”, desde 1268 ou 1269<sup>3</sup>. Graças à entrada em cena desta figura (que em 1298 casaria com Urraca Vasques Pimentel, meia-irmã do Prior do Hospital, Estêvão Vasques Pimentel), a família dos Pereiras regressa à ribalta política. O estabelecimento de alianças matrimoniais estratégicas com as famílias dos Portocarreiros, dos Cunhas e dos Barretos, assim como a extensão da sua implantação geográfica para sul, até aos vales dos rios Sousa e Douro, ou mesmo até ao rio Vouga, consolidou esse reforço dos Pereiras, cuja presença na corte régia lusitana, na viragem do século XIII para o século XIV, está

---

<sup>2</sup> PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, II, pp. 294-295.

<sup>3</sup> *Idem, ibid*, II, pp. 302-303, nt. 38.

bem documentada<sup>4</sup>. A carreira de D. Gonçalo Gonçalves Pereira (filho de Gonçalo Pires e de Urraca Pimentel) confirmaria a ascensão da família: como vimos, esta personagem chegou a arcebispo de Braga (1326-1348), depois de ter sido educado na corte do rei D. Dinis (1279-1325), de ter estudado na Universidade de Salamanca e de ter desempenhado vários outros cargos eclesiásticos<sup>5</sup>.

Na geração seguinte, intensificaram-se as alianças matrimoniais e confirmou-se a ligação dos Pereiras à carreira clerical, o que foi decisivo para o fulgor da família na centúria de Trezentos. Se D. Gonçalo Pereira se impusera no seio do clero secular, coube a D. Álvaro Gonçalves Pereira (pai de Nun' Álvares) afirmar-se no universo das Ordens Religiosas Militares, ao ascender a Prior do Hospital à morte do seu tio-avô Estêvão Vasques Pimentel, em maio de 1336<sup>6</sup>. Beneficiando da proximidade entre as famílias Pereira e Pimentel, Álvaro Gonçalves foi muito cedo colocado sob a proteção do tio-avô, companheiro do arcebispo de Braga em diversas missões diplomáticas na corte pontifícia. Assim, depressa se perspetivou a sucessão no priorado a favor do jovem Álvaro, que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* afirma ter sido “metido na ordem do Hospital muito moço. Este fez-se aí tão bem ensinado e conversador com os cavaleiros da Ordem que o elegeram como prior depois [da] morte do prior dom Estêvão Vasques Pimentel, sendo ele de idade de 18 anos”<sup>7</sup>!

O pai de Nuno Álvares Pereira tornou-se um grande vassalo do rei português, D. Afonso IV (1325-1357), tendo participado na batalha do Salado (30-10-1340) ao lado do seu próprio pai e do monarca de ambos. É possível que D. Álvaro tenha também intervindo no cerco posto por Afonso XI de Castela a Algeciras, em 1342-1344<sup>8</sup>. Segundo o citado *Livro de Linhagens*, a fama de Álvaro Gonçalves cresceu de tal modo que o rei D. Pedro I de Castela requisitou a D. Afonso IV de Portugal a sua colaboração, levando-o para Castela como seu conselheiro<sup>9</sup>. Regressado a Portugal, Álvaro Gonçalves privou com o novo monarca, D. Pedro I (1357-1367), tendo sido durante este período que legitimou alguns dos seus filhos, incluindo Nuno Álvares, nascido do ventre de uma senhora chamada Iria Gonçalves, talvez natural de Elvas (Alentejo), mulher solteira ao tempo do parto e futura camareira da infanta régia D. Beatriz<sup>10</sup>. Com a morte de D. Pedro I e a ascensão ao trono de D. Fernando (1367-1383), Álvaro Gonçalves conservou a sua influência política; participou na primeira guerra fernandina contra Castela (1369-1371), esteve ao lado do seu rei na assinatura do Tratado de Santarém (1373), garantiu aconselhamento diverso ao monarca português e interveio nas negociações para o casamento da infanta

<sup>4</sup> PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, II, p. 295.

<sup>5</sup> COELHO, “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, *passim*; KRUS, “Pereira, Gonçalo Gonçalves”, *passim*.

<sup>6</sup> SOUSA, 2000, *Os Pimentéis*, p. 167; MARTINS, *Guerreiros medievais portugueses*, p. 173; COSTA, “Álvaro Gonçalves Pereira”, p. 47.

<sup>7</sup> MATTOSO, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, p. 239.

<sup>8</sup> MARTINS, *Guerreiros medievais portugueses*, p. 180.

<sup>9</sup> MATTOSO, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 21G15, p. 239.

<sup>10</sup> Nuno Álvares Pereira foi legitimado por carta régia de 24 de julho de 1361, outorgada em Portalegre (*Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 840, pp. 382-384).

D. Beatriz. Parece ter sido um homem culto e sedutor, que apreciava a astrologia e que acabou por se tornar uma figura relevante da cena política ibérica entre 1340 e 1380, data em que terá falecido.

Como Prior dos Hospitalários, D. Álvaro teve um papel fundamental na reorganização do ramo português da Ordem; em 1356, transferiu a sede de Leça do Balio (a norte do Porto) para o Crato, no Alto Alentejo, com isso deslocando o centro de gravidade da instituição para sul. Num território relativamente pequeno, compreendido entre a vila da Sertã e o Crato e atravessado pelo rio Tejo, Álvaro Gonçalves promoveu duas estruturas castelares (Amieira e Sertã) e dois paços fortificados: em Flor da Rosa, junto ao Crato; e em Cernache do Bonjardim, próximo da Sertã. Álvaro Gonçalves soube, assim, tirar partido de um pequeno património que os Hospitalários já possuíam no Alto Alentejo desde 1194 e redimensionou uma área estratégica, pois, não sendo fronteira, separava os dois núcleos patrimoniais mais importantes dos Templários (Ordem de Cristo a partir de 1319) e permitia aos Pereiras afirmar o seu domínio numa zona que era disputada pela família beirã rival dos Góis-Farinhas<sup>11</sup>.

O esforço de Álvaro Gonçalves Pereira no revigoramento dos Hospitalários portugueses e a sua estratégia patrimonial (que acarretou dívidas enormes<sup>12</sup>) deve ser relacionado com o recrudescimento do espírito de cruzada no espaço europeu, como reação à queda de São João de Acre, em 1291. Na Península Ibérica, a vitória dos reis cristãos (Afonso XI e Afonso IV) na batalha do Salado inflamou os ímpetus cruzadísticos, a que Álvaro Gonçalves foi decerto sensível. Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, e conforme uma interpolação aqui colocada (por ação dos Pereiras) c. 1380-1385, o próprio Prior D. Álvaro galvanizou os ânimos dos combatentes portugueses no Salado exibindo a “Vera Cruz” que fora depositada na Igreja do Marmelar (Portel, Alentejo) pelo cavaleiro beirão Afonso Peres Farinha (m. 1282), quando este regressou da Síria-Palestina<sup>13</sup>! Registe-se, assim, o amor dos Pereiras à comarca do Alentejo, a sua ligação à Ordem do Hospital e a vivência partilhada do ideal de Cruzada, associada a uma forte devoção mariana.

## 2. As fontes

Para reconstituirmos a história de vida de Nuno Álvares Pereira, dispomos de três narrativas: a *Crónica do Condestabre*, de autor anónimo, escrita na terceira década do século XV; a *Crónica de D. Fernando* e a *Crónica de D. João I* (Primeira e Segunda Partes), ambas da autoria de Fernão Lopes, cronista e guarda-mor dos arquivos do reino, que terá trabalhado na corte régia entre c. 1410 e 1450.

<sup>11</sup> COSTA, “Álvaro Gonçalves Pereira”, em especial pp. 50-55; MARTINS, *Guerreiros medievais portugueses*, pp. 187-188.

<sup>12</sup> MARTINS, *op. cit.*, pp. 187-188; COSTA, *op. cit.*, pp. 54-55.

<sup>13</sup> SOUSA, “O Sangue, a Cruz e a Coroa”, *passim*; COSTA, “Álvaro Gonçalves Pereira”, pp. 49-50.

A *Crónica do Condestabre* (também conhecida por *Estória de Dom Nuno Álvares Pereira*)<sup>14</sup> deve ter sido escrita entre 1431 (o ano da morte de Nun'Álvares, referida no final da narrativa) e 1437, uma vez que Fernão Lopes— que se encontrava a finalizar a Primeira Parte da *Crónica de D. João I* em 1443— já utiliza a *Crónica do Condestabre* na sua *Crónica de D. Fernando*<sup>15</sup>. Trata-se da primeira crónica senhorial em língua portuguesa que chegou até nós. É composta por 80 capítulos, o primeiro com caráter genealógico e o último evocativo das obras praticadas pelo Condestável português “por serviço de Deus”. Os restantes capítulos podem subdividir-se em três fases: a) os acontecimentos relacionados com Nuno Álvares e que tiveram lugar no tempo do rei D. Fernando (capítulos 2 a 14); b) os eventos ocorridos entre a morte deste monarca e a eleição do Mestre de Avis, como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra de 1385, onde Nun'Álvares foi nomeado Condestável (capítulos 15 a 41); c) os principais factos associados à vida de Nuno Álvares, entre abril de 1385 e 1431. Uma vez que a atenção do cronista se centra nos aspetos militares, mais de metade dos capítulos situa-se entre 1383 e 1386. São raros os capítulos que se ocupam de outros aspetos da vida de Nun'Álvares, sendo o mais longo o que o biógrafo dedica a uma doença nervosa do herói, ocorrida no primeiro semestre de 1398 (capítulo LXVII).

O texto original da *Crónica do Condestabre* não chegou aos nossos dias, pelo que somos obrigados a trabalhar com a edição de 1526, a cargo do impressor francês Germain Gaillard; admite-se, porém, que o texto desta “edição *princeps*” seja fiel à versão original. A edição de 1526 inclui algumas interpolações que apresentam Nuno Álvares como o iniciador da Casa de Bragança (fundada em 1442) e que evocam os títulos de nobreza recebidos pelos netos de D. Nuno entre 1461 e 1478. Provavelmente, estes acrescentos devem-se à ação da Casa de Bragança, empenhada em mostrar a sua filiação na figura de um herói como Nuno Álvares Pereira (o primeiro duque de Bragança casou, em 1401, com a única filha do Condestável). É provável que a iniciativa da edição impressa da *Crónica do Condestável* se tenha ficado a dever a D. Jaime de Bragança, trineto de Nun'Álvares<sup>16</sup>.

A *Crónica do Condestabre* transmite de Nuno Álvares Pereira a imagem de um cavaleiro sobredotado e muito ativo, ansioso por criar bom nome e por granjear a admiração dos seus pares, mas, ao mesmo tempo, temente a Deus e empenhado em praticar uma guerra pautada por regras humanitárias; por exemplo, o respeito pelos espaços religiosos e pelos dias sagrados, ou a não-violência contra as mulheres, as crianças e os idosos. Nun'Álvares nunca é designado por “santo”, pelo que esta obra não cumpre os requisitos de uma crónica hagiográfica; no entanto, os predicados morais imputados

<sup>14</sup> Cf. *Cronica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação, 1969. A melhor edição crítica desta fonte deve-se a Adelino de Almeida Calado, *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, 1991. As citações que faremos ao longo do texto provêm desta edição, com leve atualização da grafia e pontuação.

<sup>15</sup> Sobre esta datação, vejam-se CALADO, *op. cit.*, pp. LXXII-LXXV; e RUSSELL, *As fontes de Fernão Lopes*, p. 30.

<sup>16</sup> CALADO, *op. cit.*, pp. XXVI-XXVIII e LXVI-LXIX.

ao Condestável aproximam-no muito da imagem do “cavaleiro santo”<sup>17</sup>. Não sendo uma obra de cunho político, a *Estória* de Nun’Álvares constrói um retrato poderoso, uma evocação afetuosa e convincente do Condestável como homem oriundo de uma linhagem distinta, como um guerreiro predestinado e como um vassalo fiel, um chefe militar generoso e um senhor de rara devoção religiosa.

Têm sido colocadas várias hipóteses sobre a autoria desta obra, descartada que foi a possibilidade de ela ter sido redigida por Fernão Lopes<sup>18</sup>. Há quem entenda que ela deve provir do seio das Ordens Militares, há quem defenda que terá sido a Casa de Bragança a promover a respetiva redação, e há ainda quem pense que o autor frequentava o círculo do infante D. Duarte (amigo de Nuno Álvares, rei entre 1433 e 1438 e impulsor das crónicas de Fernão Lopes). A obra não terá sido da lavra de um clérigo (faltam as citações bíblicas), nem de um companheiro de armas (escasseiam os detalhes bélicos), pelo que acreditamos que terá sido redigida pelo escrivão da puridade de Nun’Álvares, chamado Gil Airas. Este homem foi secretário pessoal e íntimo do Condestável, privou com ele e teve acesso regular à corte régia, onde surge como procurador de D. Nuno em assuntos relevantes, sendo ele próprio autor de diversas cartas régias relacionadas com a família dos Pereiras. O Condestável recompensou os serviços de Gil Airas, concedendo-lhe bens na região de Almada e a honra de ser sepultado no Convento do Carmo, mandado construir por D. Nuno e onde este faleceu e foi enterrado<sup>19</sup>.

Quanto a Fernão Lopes, trata-se de um dos melhores cronistas da Europa do seu tempo. A ele se devem, possivelmente, a *Crónica de 1419* (uma ampliação da parte relativa aos reinados portugueses constante da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos) e, sem dúvida, as biografias de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I. Não sabemos quando nem onde é que Fernão Lopes nasceu, mas terá sido entre 1380 e 1390. Era de uma família modesta, tendo casado com uma senhora chamada Mor Lourenço, que pertencia a uma família de mesteirais. A primeira referência segura que temos a Fernão Lopes data de 1418, quando se torna “guardador das escrituras do Tombo”, um cargo de grande responsabilidade. No mesmo ano, foi nomeado escrivão dos livros do infante D. Duarte. No ano seguinte, torna-se escrivão dos livros de D. João I e, desde 1421 ou 1422, escrivão da puridade do infante D. Fernando. Nos inícios da década de 1430, é já tabelião geral do reino, podendo fazer escrituras em qualquer cidade portuguesa<sup>20</sup>. Em 1431, cumpriu uma missão diplomática em Barcelona em nome do infante D. Duarte e como seu escudeiro<sup>21</sup>. Em 1433, já é vassalo do rei e, quatro anos mais tarde, redige o testamento do infante D. Fernando. Uma carta régia de 19 de março de 1434 nomeia-o para escrever as crónicas dos antigos reis de Portugal e a dos feitos de D. João I, recebendo uma tença anual

<sup>17</sup> AMADO, *Fernão Lopes, contador de História*, p. 89; BRANCO, *Emergência de um herói*, p. 366; NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, p. 196; e MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 43-44.

<sup>18</sup> CIDADE, *Fernão Lopes é ou não o autor da Crónica do Condestabre?*.

<sup>19</sup> Veja-se uma síntese desta questão em MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 46-51.

<sup>20</sup> DUARTE, *D. Duarte*, p. 297.

<sup>21</sup> Idem, *ibid*, p. 165.

de 14 000 reais<sup>22</sup>; o rei D. Duarte reconhece aqui que Fernão Lopes “há muito de trabalhar”, o que mostra a complexidade do encargo e uma grande confiança no homem escolhido. Lopes torna-se, assim, um alto funcionário da Casa Real<sup>23</sup>. É ele que controla o acesso à documentação relevante, é um dos que melhor conhece as leis e pode emitir pareceres sobre o direito em vigor. Como cronista-mor, cabe-lhe compor pela primeira vez “uma história estritamente nacional”<sup>24</sup> e ser eco e consciência dos principais eventos que tiveram por palco Portugal, ao longo de várias gerações. Sem este esforço ingente, pouco saberíamos sobre a história política, militar e diplomática portuguesa entre 1357 e 1411. Parece que a morte do regente D. Pedro na guerra civil de 1449 não foi favorável à fase final da carreira de Fernão Lopes<sup>25</sup>. Em 1450, já foi substituído por Gomes Eanes de Zurara no lugar de cronista e, quatro anos mais tarde, é reformado do Tombo do castelo de Lisboa<sup>26</sup>. A última referência documental que temos dele data de 1459, devendo ter falecido pouco tempo depois<sup>27</sup>.

O fulcro da produção historiográfica de Fernão Lopes é composto pelas crônicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, esta subdividida em duas partes. A *Crônica de D. Pedro I* cobre os dez anos do reinado d’ *O Justiceiro* (1357-1367); é formada por 44 capítulos e perto de metade do texto centra-se em Castela, na guerra entre D. Pedro “O Cru” e Enrique de Trastâmara. A *Crônica de D. Fernando* ocupa os anos de 1367 a 1383; consta de 178 capítulos e dedica-se às três guerras entre Portugal e Castela e respetivas consequências; é aqui que Nun’Álvares surge pela primeira vez, como adolescente e jovem adulto. Por fim, a *Crônica de D. João I, Primeira Parte* (193 capítulos), abrange o período que vai do assassinato do conde Juan Fernández Andeiro, em 6 de dezembro de 1383, até à aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal (6 de abril de 1385). Quanto à *Segunda Parte* (204 capítulos) leva-nos até outubro de 1411, data em que foi assinado o tratado de paz entre Portugal e Castela. Na obra de Fernão Lopes, impressionam não apenas a sua perspicácia psicológica e sensibilidade humana, mas também o profissionalismo dos seus processos de investiga-

<sup>22</sup> Esta carta régia foi publicada por Anselmo Braamcamp FREIRE na sua edição de Fernão Lopes, *Crônica de D. João I*, p. XLV (doc. I).

<sup>23</sup> MARQUES, “Fernão Lopes”, pp. 56-58.

<sup>24</sup> AMADO, “Fernão Lopes”, p. 272.

<sup>25</sup> AMADO, *Fernão Lopes, contador de História*, pp. 53-56; MONTEIRO, *Fernão Lopes, texto e contexto*, p. 73; DUARTE, *D. Duarte*, p. 298.

<sup>26</sup> Veja-se a carta régia de 6 de junho de 1454 que determina a aposentação de Fernão Lopes *apud* FREIRE, *op. cit.*, p. LVIII (doc. IV).

<sup>27</sup> Idem, *ibid*, pp. LIX-LXII (docs. V e VI); MARQUES, “Fernão Lopes”, p. 57. No dia 13-02-2018, a revista *Al-Madan on line* (n.º 22, tomo 1, janeiro de 2018, pp. 145-149) publicou um artigo em que o investigador João Torcato e o ilustre historiador/arqueólogo José d’Encarnação dão conta da possibilidade de uma campa situada à entrada da Igreja Matriz do Alandroal (Alto Alentejo) corresponder à sepultura do cronista, uma vez que contém uma inscrição que diz: «S<sup>a</sup> DE FERNÃO LOPEZ / E DE SEVS HERDEIROS». A forte presença do Alentejo nas crônicas de Fernão Lopes torna esta possibilidade atraente; porém, resta confirmar se a inscrição é mesmo do século XV (há quem defenda ser dos finais do século XVI ou mesmo dos inícios do século XVII) e se a personagem em causa é realmente o cronista (os nomes *Fernão* e *Lopes* eram relativamente vulgares naquele tempo).

ção histórica, apoiados numa grande variedade de fontes, incluindo muitos documentos escritos<sup>28</sup>. Para isto contribuiu o facto de Fernão Lopes ter desempenhado durante muitos anos o cargo de guarda-mor das escrituras do arquivo da Torre do Tombo, o que lhe permitia um acesso fácil a diplomas oficiais. Ao tornar-se cronista-mor do reino, Fernão Lopes assumiu a responsabilidade de legitimar a nova dinastia, chegada ao trono de uma forma irregular, na sequência de uma convulsão social profunda e que implicara uma quebra na cadeia normal de transmissão do poder. O Mestre de Avis, que era um filho ilegítimo de D. Pedro I, fora eleito rei e, viabilizada a escolha em Aljubarrota, era agora necessário justificar a nova ordem estabelecida.

Fernão Lopes, enquanto cronista *régio*, é mais político e contido do que o autor da *Estória* do Condestável. O Nun'Álvares de Fernão Lopes é um cavaleiro menos solitário e feudal, pois está integrado numa gesta 'nacional'. Em matérias controversas, Lopes opta quase sempre pelo silêncio<sup>29</sup>. Não se sente à vontade para criticar fidalgos com nomes de família sonoros e não está em posição de valorizar demasiado os assuntos que envolvem os Pereiras ou os Hospitalários. Salva sempre a posição de D. João I enquanto rei, mas o maior herói da sua narrativa chama-se Nuno Álvares; é ele, e não o monarca, quem ocupa o palco principal da sua história. O Condestável, também aqui, não aparece mencionado como "santo", mas o cronista refere-se-lhe em termos que não deixam dúvidas: "entendemos ter nos feitos deste homem o modo que têm alguns pregadores que dentro no sermão enxertam a vida daquele de que pregam, e no fim dele concluem seu tema"<sup>30</sup>. Em síntese, Nun'Álvares é o *exemplum* de toda a história que Lopes vai contar!

Convém ainda referenciar outras quatro fontes úteis para a reconstituição do percurso de Nuno Álvares Pereira. Em primeiro lugar *A Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observância nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, de frei José Pereira de Sant'Anna. Esta obra foi publicada em Lisboa, em 1745, por um religioso e provincial carmelita. Pretende ser uma história completa (inacabada) da Ordem do Carmo e dedica o seu Tomo I, Parte III, à "Fundação e Fundador" do "Real Convento do Carmo de Lisboa", ou seja a D. Nuno Álvares Pereira. Utiliza numerosos documentos (parte deles publicados no final) que não constam das chancelarias régias e que o autor alega ter consultado no arquivo do Convento do Carmo. A obra também é útil por evocar muita informação proveniente de estudos sobre os mesmos assuntos produzidos por outros religiosos, em especial carmelitas. De informação torrencial e preciosa (dez anos após a sua publicação o Convento do Carmo e o seu arquivo foram semidestruídos pelo terramoto de Lisboa de 1755), a crónica de frei José Pereira de Sant'Anna suscita bastantes reservas e tem de ser consultada com cautela, devido ao elevado grau de compromisso do autor com a Ordem do Carmo.

<sup>28</sup> RUSSELL, *As fontes de Fernão Lopes*, *passim*.

<sup>29</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CLXIII, p. 342 (caso da doença psíquica de Nun'Álvares).

<sup>30</sup> Idem, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. XXXI, p. 55.

Por ocasião de um dos primeiros aniversários da morte de Nun'Álvares (1431), o infante D. Duarte providenciou uma minuta de sermão para ser pregado por um franciscano em memória do saudoso Condestável, a qual chegou até nós por ter sido incluída no *Livro dos Conselhos* de D. Duarte, sob o título *O Sumario que o ifante deu a mestre Francisco pera pregar do condestabre dom Nuno alvarez pereyra*<sup>31</sup>. Trata-se de um guião em língua vulgar, não muito anterior à *Crónica do Condestabre*, que nos é útil por diversas razões, incluindo para a datação do dia da morte de Nun'Álvares. Ali se enunciam as principais virtudes do Condestável, a sua ascendência ilustre, o seu talento militar, a sua elevada condição social e económica e a forma como podia ser apresentado como “exemplo” aos diversos grupos sociais do reino<sup>32</sup>.

Há ainda um documento importante, que consiste numa missiva dirigida em 21 de julho de 1437, pelo rei D. Duarte a D. Gomes Eanes, o beneditino português que era abade em Florença e que funcionava em Itália como encarregado de negócios de Portugal junto da Santa Sé<sup>33</sup>. Por aqui se percebe que o papa Eugénio IV tinha ordenado a abertura do processo de canonização de Nun'Álvares, mas essa deliberação ainda não tinha chegado a Portugal, pelo que D. Duarte pressiona D. Gomes para providenciar uma certidão em segunda via<sup>34</sup>. Aires Nascimento publicou uma fotografia do documento, cujo original foi encontrado por Domingos M. Gomes dos Santos na Biblioteca Medicea de Florença (Cod. 1792, fl. 20v.<sup>o</sup>); posteriormente, Nascimento ofereceu-nos a transcrição e fac-símile do precioso manuscrito<sup>35</sup>.

Juntamente com a carta anterior, D. Duarte enviou a D. Gomes uma oração composta em latim pelo infante D. Pedro. Nesta curta oração, que Domingos M. Gomes dos Santos também deu a conhecer em 1928<sup>36</sup> e que Aires Nascimento traduziu para a língua portuguesa<sup>37</sup>, Nun'Álvares é apresentado como um modelo de príncipes, um exemplo para os senhores, um “espelho para os contemplativos” (*speculum anachoretarum*), um firme e justo combatente, defensor da paz, obediente e devoto no claustro, que pela dignidade do seu comportamento e dos seus atos alcançou em vida honra e glória e, no céu, a bem-aventurança eterna.

### 3. A carreira militar de Nuno Álvares Pereira

Nuno Álvares cresceu nas terras da Ordem do Hospital, numa atmosfera guerreira, tendo-se iniciado cedo na lide das armas, sob a tutela do tio, Martim Gonçalves do

<sup>31</sup> D. DUARTE, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, n.º 61, pp. 225-229.

<sup>32</sup> NASCIMENTO, *Cernache do Bonjardim, Terra do Santo Condestável*, p. 9.

<sup>33</sup> Veja-se uma pequena biografia do abade D. Gomes em SANTOS, “O Infante Santo e a Cúria Pontifícia”, p. 22, nt. 3.

<sup>34</sup> SANTOS, “Para a história do culto do B.º Nun'Álvares”, pp. 396-398; TAROUCA, “O «Santo Condestável» pode ser canonizado?”, pp. 133-134.

<sup>35</sup> NASCIMENTO, *Cernache do Bonjardim, Terra do Santo Condestável*, p. 16; NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, pp. 32-34.

<sup>36</sup> Republicado *apud* P. GOMES, p. 52.

<sup>37</sup> NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, p. 34 (versão bilingue).

Carvalho. Pela mão do pai, chegou aos 13 anos à corte régia, e a própria rainha Leonor Teles o armou como seu escudeiro. Três anos depois (1376), o pai casou-o com uma viúva minhota (D. Leonor de Alvim) e Nuno foi para terras de Basto, no Norte<sup>38</sup>.

Em 1381, na guerra com Castela, Nun'Álvares acompanhou o irmão mais velho – Pedro, Prior do Hospital – que D. Fernando nomeara fronteiro de Portalegre; fazia-se então rodear de 25 cavaleiros e 30 peões<sup>39</sup>. Em 1382, Pedro tornou-se fronteiro de Lisboa e Nun'Álvares viveu as suas primeiras aventuras, como um duro combate na praia, na região de Santos (Lisboa), contra os castelhanos. No verão de 1382, escapou para o Alentejo a fim de participar na batalha que o rei português (com o apoio do conde de Cambridge) preparava contra D. Juan I na região de Elvas; não houve batalha, mas ficou o aviso da ambição de Nuno em combater em campo aberto.

A 22 de outubro de 1383, faleceu D. Fernando. Segundo o tratado de Salvaterra de Magos (2-04-1383), o governo deveria ficar nas mãos da rainha viúva, Leonor Teles, até que um filho nascido do casamento recente de D. Juan I com D. Beatriz (filha única de Fernando e Leonor) tivesse 14 anos e pudesse reinar em Portugal. Em diversos locais do reino, a população contestou a aclamação de Beatriz. Nun'Álvares compareceu nas exéquias reais, tendo-se juntado depois ao irmão mais velho em Santarém; porém, ao saber do assassinato do conde Juan Fernández Andeiro (um galego que se tinha tornado o principal conselheiro da rainha regente), da fuga de Leonor para Alenquer e da aclamação do Mestre de Avis (meio-irmão de D. Fernando), aderiu ao partido do Mestre, uma força política que reunia muitos filhos bastardos e segundos da nobreza, descontentes com a influência dos exilados castelhanos e galegos na corte e desejosos de alterar o *status quo*. Nuno sabia que esta era uma opção de risco e preveniu os seus, avisando-os de que iriam saltar para um poço fundo e escuro, do qual dificilmente poderiam escapar<sup>40</sup>...

A primeira missão de Nun'Álvares ao serviço do Mestre foi o assalto ao castelo de Lisboa, em finais de 1383. A operação foi muito expedita, pois só concedeu 40 horas ao alcaide para entregar a fortaleza<sup>41</sup>! Em 1384, fracassado o assédio a Alenquer, colaborou com o Mestre numa série de manobras para atrasar os procedimentos do cerco castelhano a Lisboa e para abastecer a capital: saqueou os arredores de Sintra e, em finais de fevereiro, esforçou-se por rechazar os castelhanos que já se instalavam no Lumiar e em Loures, armando-lhes uma cilada em Alvalade que por pouco não desaguou num combate feroz<sup>42</sup>. Impressionado, o Mestre nomeou Nuno Álvares como fronteiro-mor (próximo do “adelantado” castelhano) da comarca de Entre Tejo e Guadiana<sup>43</sup>. Em março de 1384, Nuno regressava, pois, ao Alentejo da sua infância.

<sup>38</sup> Vejam-se detalhes em: MONTEIRO, “O Chefe militar”, *passim*; MARTINS, *Guerreiros medievais portugueses*, pp. 217-264; e MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 70-159.

<sup>39</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. VIII, p. 15.

<sup>40</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. XXXVII, p. 65.

<sup>41</sup> *Idem, ibid*, cap. XLI, p. 71.

<sup>42</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. XXIV, pp. 51-53; e F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. LXXIV p. 126.

<sup>43</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. LXXXVII, pp. 145-147.

Foi um momento decisivo na carreira do jovem fronteiro, incumbido de recuperar as praças que apoiavam D. Beatriz e D. Juan I e de travar as tropas castelhanas que pretendiam seguir para Lisboa. Nuno contava então com um núcleo de 40 cavaleiros, que depressa cresceu até às duas centenas. A hoste fora recrutada em Lisboa, incluía muitos alentejanos e recebera soldo do Mestre para o início da campanha<sup>44</sup>. O Mestre de Avis, aclamado em Lisboa como “regedor e defensor” do reino, outorgara a Nun’Álvares a prerrogativa de conceder terras, dinheiros, mercês e castelos, e até o poder de confiscar os bens de quem muito bem entendesse. O fronteiro tratou de constituir o seu conselho de guerra e de nomear os oficiais mais importantes: um alferes (para levar o estandarte), um meirinho (para se ocupar da justiça), um ouvidor (para recolher as queixas), um carcereiro e um tesoureiro, para além de um capelão e de um pregador. Criou também uma bandeira, onde reunia Jesus Cristo, a Virgem Maria, São Jorge e São Tiago<sup>45</sup>. Era um exército com identidade própria e que haveria de funcionar com grande autonomia; no fundo, era o ‘braço armado’ do partido do Mestre.

O primeiro grande teste teve lugar no dia 6 de abril de 1384. Os castelhanos cercavam o Crato e o fronteiro –acompanhado por 300 cavaleiros, 100 besteiros e 1000 peões– avançou desde Estremoz e desafiou-os para uma batalha perto de Fronteira. Escolheu uma herdade com um declive ligeiro e cortada pela ribeira das Águas Belas e mandou a sua tropa desmontar. Organizou uma vanguarda, que ele próprio chefearia e onde colocou a maior parte dos cavaleiros apeados, duas alas de besteiros e, na parte alta da colina, uma retaguarda com atiradores. Para evitar a fuga da peonagem, intercalou homens de armas em todas as linhas. Depois, aguardou; os castelhanos surgiram com uma hoste de perto de 5000 homens (incluindo 1000 cavaleiros), onde pontificavam o almirante de Castela, o Mestre de Alcântara e o Prior do Hospital. Ao avistarem a hoste portuguesa, optaram por atacar a cavalo. Na aproximação, encosta acima, viram o ímpeto da sua carga ser cortado pela linha de água e pelo tiro dos besteiros. Muitos tombaram e pereceram logo ali; outros chegaram ao contacto, mas foram recebidos por uma infantaria coesa, de lanças espetadas no solo e apontadas aos peitos dos cavalos. O Mestre de Alcântara foi abatido e os castelhanos retiraram. Nun’Álvares tornou-se o primeiro homem que, em Portugal, organizou uma batalha “pé terra” contra cavalaria inimiga e a venceu<sup>46</sup>.

Nuno tomou então algumas praças alentejanas, como Arronches e Alegrete, tendo falhado em Monforte. A seguir, tentou integrar a frota organizada no Porto e que rumava a Lisboa, para furar o bloqueio naval castelhano. Porém, em Buarcos (Figueira da Foz), a armada não esperou por ele e o fronteiro, com as finanças em baixo, regressou ao Alentejo. Em julho de 1384, tomou o castelo de Monsaraz, usando um estratagema

<sup>44</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. LXXXVII (p. 147) e LXXXIX (pp. 148-149); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXVII, p. 56.

<sup>45</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. LXXXVIII (pp. 147-148) e XCI (pp. 150-151).

<sup>46</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. XCIV-XCV (pp. 156-161); *Crónica do Condestabre*, cap. XXVIII, pp. 59-69; P. LÓPEZ DE AYALA, *Crónicas*, ed. José-Luis Martín, *Crónica del Rey Don Juan*, Año Sexto (1384), cap. IV, pp. 563-564.

que traiu o alcaide esfomeado<sup>47</sup>. Durante o verão de 1384, Nuno controlou as movimentações inimigas no Alentejo. Numa ocasião, os castelhanos terão reunido tropas no Crato e planeado, com o auxílio de forças vindas de Lisboa sob o comando de Pero Sarmiento, atacar Nun'Álvares. Este enfrentou o desafio e, na região do Divor (Évora), aguardou a batalha durante dois dias e uma noite. Porém, desta feita, os castelhanos optaram por não tomar a iniciativa do ataque e Nuno foi forçado a retirar durante uma noite tempestuosa, com muitas baixas<sup>48</sup>.

Em agosto, Pero Sarmiento decidiu atacar Almada e Nun'Álvares optou por o seguir de perto, avançando até Palmela, de onde incitou as tropas do Mestre que resistiam em Lisboa, acenando-lhes com bandeiras e acendendo fogueiras<sup>49</sup>! Em setembro, a peste forçou os castelhanos a levantarem o cerco e Nuno atravessou o Tejo para se reunir ao Mestre, a quem propôs um ataque à coluna castelhana, mas a operação abortou<sup>50</sup>.

Em novembro de 1384, o fronteiro tomou o castelo de Portel por meio de outro artil (fábrica de chaves falsas por um clérigo!)<sup>51</sup>; depois, tentaria a conquista de Vila Viçosa, seduzido pela promessa de alguns moradores de lhe abrirem uma porta; tratava-se, porém, de uma cilada, na qual acabaria por morrer o seu irmão Fernão<sup>52</sup>. Em finais de 1384 e inícios de 1385, a pedido do Mestre, Nun'Álvares colaborou no fracassado cerco de Torres Vedras. Decidiu-se então avançar para as Cortes de Coimbra, que a 6 de abril elegeram D. João como rei de Portugal. Isto valeu ao fronteiro a nomeação como Condestável, cargo que passou a acumular com o de mordomo-mor (uma das dignidades mais prestigiadas da corte)<sup>53</sup>.

O rei e o Condestável empenharam-se depois numa campanha no Minho, contra praças rebeldes. No final da primavera, souberam de um ataque castelhano tripartido (cerco de Elvas, incursão pela Beira e bloqueio naval a Lisboa), pelo que desceram até Abrantes, no centro de Portugal. Como Elvas resistiu e a incursão beirã terminou em desastre (batalha de Trancoso, a 29-05-1385), D. Juan I concentrou um grande exército em Ciudad Rodrigo, com o qual entrou em Portugal (julho).

Nun'Álvares foi então enviado de urgência ao Alentejo para recrutar tropas. Reuniu cerca de 500 cavaleiros e 2000 peões e, instado pelo avanço dos castelhanos pela Beira (Almeida-Trancoso-Coimbra-Soure), reuniu-se ao monarca em Abrantes. Aqui teve lugar

<sup>47</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. CXLIII (pp. 256-257); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXXII, pp. 75-77.

<sup>48</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. CXLV-CXLVI (pp. 258-263); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXXIV, pp. 78-83.

<sup>49</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. CXLVI-CXLVII (pp. 260-268); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXXV, p. 87.

<sup>50</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. CLII (pp. 281-282); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXXVI, p. 89.

<sup>51</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. CLVII (pp. 294-296); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXXVII, p. 89-92.

<sup>52</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, cap. CLXXII (pp. 321-323); e *Crónica do Condestabre*, cap. XXXVIII, pp. 95-96.

<sup>53</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Primeira Parte*, caps. CLXXXVIII (p. 362) e CXCIII (p. 373); e *Crónica do Condestabre*, cap. XLII, pp. 98-99.

uma reunião do conselho régio, durante a qual o Condestável se pronunciou a favor de uma batalha decisiva; isolado, abandonou o conselho com a sua hoste (600 homens de armas, 300 besteiros e 2000 peões), pronto para oferecer batalha sozinho, e abalou para Tomar, onde o rei acabaria por se lhe juntar pouco depois<sup>54</sup>.

A 8 de agosto, a hoste portuguesa (c. 10 000 homens, com 800 auxiliares ingleses, muitos deles arqueiros com *long-bow*) avançou para Porto de Mós. No dia 13, Nun'Álvares e um grupo de 100 homens (incluindo veteranos ingleses) escolheram o local para o combate: o planalto de S. Jorge, entre Leiria (de onde vinham os castelhanos) e Alcobça. Era uma posição excelente, entre Coimbra e Lisboa, num terreno estreito, com acesso frontal íngreme e bordejado por barrancos e linhas de água. No dia seguinte, levantaram bem cedo o arraial e avançaram para esta posição<sup>55</sup>.

Quando a coluna castelhana (vinte a trinta mil homens, com 800 a 1200 cavaleiros franceses) ali chegou, recusou a abordagem; contornou a posição portuguesa e fez um corta-mato através da Calvaria, de modo a recuperar a estrada mais a sul, em Chão da Feira. Os portugueses inverteram a frente e deslocaram-se na direção de Porto de Mós, desafiando agora o adversário de Norte para Sul; tinham perdido alguns trunfos (como o Sol), mas esta segunda posição também era interessante, devido à estreiteza do planalto e às ravinas e linhas de água laterais; além disso, ela foi reforçada com abatisses, fossos e covas de lobo. Ao final da tarde, com um rei doente e sem ter reconhecido o terreno, o exército franco-castelhana, ainda incompleto, atacou e foi apanhado na armadilha: os cavalos tropeçaram nas covas, os atiradores anglo-portugueses aproveitaram a desordem e o ímpeto da carga foi quebrado. Os castelhanos que ainda conseguiram romper a vanguarda comandada pelo Condestável viram-se depois envolvidos pelo movimento de rotação das alas e pelo avanço da retaguarda de D. João I, sendo sufocados numa bolsa fatal. A bandeira tombou e o pânico instalou-se entre os atacantes, que tiveram de fugir. Na sequência deste sucesso, Nun'Álvares receberia o condado de Ourém.

No outono de 1385, Nuno partiu de Estremoz com 600 a 800 cavaleiros e muitos peões. Penetrou na região de Badajoz-Mérida, mas os castelhanos reagiram, sob a liderança dos Mestres de Santiago, de Calatrava e de Alcântara. Daqui resultaria a batalha de Valverde, travada entre 5 e 7 de outubro<sup>56</sup>: quando, já de regresso, tentava cruzar o Guadiana, a hoste portuguesa foi alcançada pela sua adversária; Nun'Álvares teve de se aplicar para evitar o desastre, acompanhando a travessia fluvial dos vários segmentos da hoste e enfrentando os inimigos nos cabeços circundantes; o Mestre de Santiago foi abatido, o que provocou a debandada castelhana e permitiu um regresso triunfal a Elvas<sup>57</sup>. Como prémio, Nuno recebeu o condado de Barcelos.

<sup>54</sup> MONTEIRO, "The Battle of Aljubarrota (1385): A Reassessment", pp. 78-79. Sobre a decisão de dar batalha, veja-se MONTEIRO, "Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do «paradigma Gillingham»".

<sup>55</sup> MONTEIRO, "The Battle of Aljubarrota", pp. 79-102.

<sup>56</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 115-118.

<sup>57</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. LIII-LVIII (pp. 130-144); P. LÓPEZ DE AYALA, *Crónica del Rey Don Juan, Año Séptimo (1385)*, cap. XVIII, pp. 605-606; *Crónica do Condestabre*, caps. LIII-LIV, pp. 123-133.

Em 1386, D. João I e Nun'Álvares empenharam-se numa campanha em Trás-os-Montes, tendo cercado Chaves; o cerco arrastou-se, mas foi bem-sucedido<sup>58</sup>. Seguiram-se operações em Torre de Moncorvo e Almeida e o cerco da praça leonesa de Coria. Para esta operação, D. João I contou com 4500 cavaleiros, mas a operação não correu bem, facto que motivou uma azeda discussão entre Nuno e o rei<sup>59</sup>. Pouco depois, uma frota inglesa chefiada pelo duque de Lencastre (John of Gaunt) desembarcava na Galiza. Os ingleses tinham pretensões ao trono de Castela e, tendo sido assinado em Windsor (9 de maio de 1386) um tratado de aliança luso-britânica, acordou-se o casamento de D. João I com uma filha do duque (Filipa); planeou-se também uma invasão conjunta de Castela. Nun'Álvares participou nesta operação, que saiu de Bragança em março de 1387. A hoste tinha perto de 11 000 homens, mas a campanha foi um fiasco: D. Juan I optou por recorrer à tática da “terra queimada”, o que privou os invasores de alimentos<sup>60</sup>. Em finais de 1387, Nun'Álvares recebeu informação dos preparativos de um ataque do Mestre de Santiago a Estremoz e Monsaraz; reagiu, mas o Mestre desistiu do projeto, ou então tratou-se de uma manobra de diversão para afastar Nuno da Vidigueira, entretanto atacada pelo Conde de Niebla. O Condestável perseguiu os adversários e atacou Villa Nueva del Fresno, onde comandou (ferido numa perna) uma bem-sucedida ofensiva, tendo libertado os prisioneiros portugueses e resgatado o despojo<sup>61</sup>. Em 1388, tiveram lugar os cercos de Melgaço (Alto Minho) e de Campo Maior (Alentejo), que consagraram a vitória interna de D. João I. No ano seguinte, o Condestável, com forte devoção mariana, iniciou a construção do monumental Mosteiro de Nossa Senhora do Vencimento (depois Mosteiro do Carmo), em Lisboa, num morro fronteiro ao Rossio<sup>62</sup>. No verão de 1389, D. João I cercou Tuy; perante a aproximação de um exército de socorro, pediu o auxílio do Condestável. Contudo, na mesma altura, um exército do Mestre de Alcântara atacava a Beira e Nun'Álvares optou por avançar até Castelo Branco, com poucos homens (devido à escassez de soldo): os castelhanos retiraram-se e, entretanto, Tuy rendeu-se, pelo que Nuno regressou ao Alentejo<sup>63</sup>.

Os anos seguintes foram marcados por tréguas, pela morte de D. Juan I (1390) e pela menoridade de Enrique II. Em Portugal, o rei tratou de ‘arrumar a casa’, o que originou fortes tensões, especialmente em 1393-1394: Nun'Álvares tinha já convertido em vassalos muitos dos seus companheiros de armas, doando-lhes uma série de bens que recebera do rei; D. João I, contudo, sob influência dos conselheiros empenhados em reforçar o poder da realza, forçou o Condestável a anular essas doações. Ma-

<sup>58</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. LXIV-LXVI (pp. 154-160) e LXIX-LXX (pp. 163-166).

<sup>59</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. LXXVI-LXXVII (pp. 174-179); *Crónica do Condestabre*, cap. LVI, p. 140; e P. LÓPEZ DE AYALA, *Crónica del Rey Don Juan*, Año Octavo, cap. V, p. 613-614.

<sup>60</sup> MONTEIRO, “A campanha portuguesa em Castela, em 1387”, *passim*.

<sup>61</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CXXXIII (pp. 273-274); e *Crónica do Condestabre*, cap. LIX, p. 145.

<sup>62</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 199 e seguintes.

<sup>63</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CXL (pp. 287-289); e *Crónica do Condestabre*, cap. LXII, pp. 150-151.

goado, Nuno reuniu a sua tropa em Estremoz e ponderou a possibilidade de deixar Portugal; pressionado, acabou todavia por chegar a um bom acordo com o monarca<sup>64</sup>. Em maio de 1396, D. João I capturou Badajoz. Em resposta, o Condestável castelhano, acompanhado por fidalgos portugueses exilados, incendiou Viseu. D. João I mobilizou as suas forças, mas, num primeiro momento, Nun'Álvares recusou-se a colaborar, sugerindo ao monarca que recorresse aos seus vassallos... Mais tarde, o rei e o Condestável juntaram as suas tropas na região de Santarém e os castelhanos aproveitaram para atacar um Alentejo órfão do seu general<sup>65</sup>. O Condestável demorou a retaliar, só o vindo a fazer em finais de 1397, depois de ter treinado as suas forças! Partindo de Vila Viçosa, avançou com 700 lanças e alguns peões na direção de Ouguela, aproximando-se depois de Cáceres. A progressão foi rápida, apesar de se estar em dezembro, mas os castelhanos defenderam-se bem; ainda assim, a hoste de Nun'Álvares saqueou e incendiou o arrabalde, reentrando em Portugal com um volumoso botim<sup>66</sup>.

O ano seguinte (1398) ficaria marcado por uma grave doença de Nun'Álvares. A maleita durou três meses e ele chegou a ter de usar muletas, tendo também perdido o apetite e caído numa tristeza profunda<sup>67</sup>. Esta doença do foro nervoso/psíquico era agravada perante solicitações de despacho burocrático. O Condestável só sentiu melhoras depois de o terem levado para um lugar chamado “Alfarrara”, perto de Palmela; mas, mesmo aí, teve uma recaída quando confrontado com uma delegação de homens-bons de Setúbal que o visitou e com um pedido de apoio de um homem que integrava o grupo. Curado, regressou a Évora no princípio de maio de 1398 e logo enviou as suas cartas de desafio ao Mestre de Santiago. Em menos de um mês, reuniu uma hoste imensa, que concentrou em Estremoz. Depois, avançou até Badajoz, enviando adiante os seus batedores para reconhecerem a posição e os planos do adversário. Em inícios de junho, encontrou o Mestre de Santiago com um bom exército instalado no cimo de uma colina, na zona de Villa Alva; sem condições para atacar, Nun'Álvares, tentou forçá-lo a abandonar a sua posição forte, mas o Mestre optou por recusar a batalha e procurar um entendimento. Carente de abastecimento, em resultado da tática da “terra queimada” utilizada pelos adversários, Nuno regressou a Portugal<sup>68</sup>.

Em julho de 1398, D. João I voltou a cercar Tuy. Pela mesma altura, os castelhanos bloqueavam Lisboa por mar e organizavam uma nova incursão pela Beira, chefiada pelo infante D. Dinis de Castro (filho segundo de D. Pedro I e D. Inês de Castro); ao mesmo tempo, o monarca de Castela preparava-se para socorrer Tuy. Apertado, D. João I

<sup>64</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. CLII-CLIV (pp. 318-324); e *Crónica do Condestabre*, caps. LXI (pp. 148-150) e LXIII (pp. 151-153).

<sup>65</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. CLVIII-CLX (pp. 330-338); e *Crónica do Condestabre*, caps. LXIV-LXV, pp. 153-157.

<sup>66</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CLXI (p.338-340); e *Crónica do Condestabre*, cap. LXVI, pp. 157-161.

<sup>67</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXVII, pp. 161-167; e F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CLXIII (p. 342).

<sup>68</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. CLXIII-CLXVII (pp. 342-356); e *Crónica do Condestabre*, cap. LXVIII, pp. 167-175.

convocou Nun'Álvares, mas este acudiu primeiro à comarca beirão, de novo sentindo dificuldades no pagamento dos soldos; informado do recuo de D. Dinis, tomou o caminho de Tuy, mas não passou de Viseu, pois a cidade galega já capitulara<sup>69</sup>. A guerra reacendeu-se em maio de 1400, com o cerco de Alcântara; nesta operação, o Condestável comandou ações de reabastecimento, mas o assédio fracassou.

Em outubro de 1402, assinaram-se umas tréguas luso-castelhanas por dez anos. Nun'Álvares concentrou-se então nas obras do Mosteiro do Carmo e, aos poucos, começou a afastar-se da corte. Em 1411, em Ayllón, foi assinada a paz entre os dois reinos vizinhos e D. João I pôde pensar noutros projetos. O primeiro foi a conquista de Ceuta, em 1415, uma expedição muito bem preparada. O Condestável integrou a frota e, com 55 anos de idade, lutou nas ruas de Ceuta<sup>70</sup>! Na hora da vitória, porém, declinou o convite para ficar por capitão da praça. Os seus planos já não passavam por aí... Regressado ao reino, multiplicou as fundações religiosas (marianas) no Alentejo e concluiu o Mosteiro do Carmo, para onde se transferiu em 1422, tendo-se despojado dos seus bens. Em 1423, ingressou na Ordem dos Carmelitas, a quem entregou o Mosteiro de Santa Maria do Carmo, reservando para si o estatuto de administrador e o direito a escolher o prior de entre os frades carmelitas que vieram de Moura, onde a Ordem (nascida na Terra Santa) tinha o seu pequeno convento<sup>71</sup>. Como observou António José Saraiva, “tudo se passa como se o herói quisesse exercer uma primazia religiosa depois de ter sido um grande chefe militar. (...) E no alto do Carmo, dominando a cidade no meio dos seus monges, não dependente dos bens, que doara, nem do posto militar, a que renunciara, ele sentia-se um responsável direto pelo culto da lei divina”<sup>72</sup>. Assim seria até ao dia 1 de abril de 1431, data em que Frei Nuno de Santa Maria fechou os olhos para sempre, em pleno domingo de Páscoa<sup>73</sup>.

Como podemos avaliar a prestação militar de Nun'Álvares Pereira<sup>74</sup>? De acordo com o tratado bélico mais influente na Idade Média (a *Epitoma rei militaris*, de Flávio Vegécio Renato, c. 400 d. C.<sup>75</sup>), um bom general devia acautelar seis vertentes: i) não dar batalha a não ser em condições vantajosas, ou quando não pudesse evitá-la; ii) apostar em operações de desgaste, espalhando a discórdia no seio do adversário e apanhando-o de surpresa; iii) manter os seus homens bem treinados e equipados; iv) garantir o espírito de corpo e a disciplina, gerindo bem os recursos humanos e mantendo sempre o moral em alta; v) recolher o máximo de informação acerca do adversário e dos seus planos, aconselhando-se com poucos e decidindo sozinho e em segredo; vi) assegurar uma boa gestão dos recursos logísticos e uma vigilância cuidadosa dos acampamentos. Em caso de batalha, o general deveria ocupar cedo o terreno e aproveitar os obstáculos

<sup>69</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, caps. CLXIX-CLXXIV (pp. 359-375); e *Crónica do Condestabre*, cap. LXIX, pp. 175-178.

<sup>70</sup> DUARTE, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*.

<sup>71</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 198-205, 241-250 e 303-309; VELASCO BAYÓN, pp. 19-37.

<sup>72</sup> SARAIVA, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, pp. 214-216.

<sup>73</sup> NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, pp. 50-51.

<sup>74</sup> MONTEIRO, “O Chefe militar”, pp. 52-59.

<sup>75</sup> *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*, ed. MONTEIRO e BRAGA.

naturais para proteger os flancos ou a retaguarda. Famoso ficou o capítulo XXVI do Livro III de Vegécio (“Regras Gerais da Guerra”), onde se sintetizam 30 princípios da arte militar, com validade em todas as épocas<sup>76</sup>.

Como demonstrou Christopher Allmand<sup>77</sup>, os leitores medievais e renascentistas da *Epi-toma rei militaris* deliciaram-se com os preceitos de Vegécio, inscrevendo comentários nas margens dos manuscritos. Muitos dos mais célebres autores europeus incorporaram regras vegecianas nas suas obras, adaptando alguns dos princípios às condições da Idade Média. O bom general era visto como aquele cuja sabedoria e sagacidade permitiam antecipar os acontecimentos e colocar o adversário numa situação sem alternativa; a vitória numa batalha começava na cabeça de um *dux* capaz de transportar boas ideias para o campo de batalha. O sucesso numa campanha era encarado como o resultado de um bom planeamento, de muita observação inteligente, de um treino intensivo e de uma disciplina rigorosa.

Ora, Nun’Álvares mostrou-se um general muito ativo: entre 1381 e 1415, tomou parte em três batalhas e por pouco não entrou em mais duas; isto para além de Ceuta e de muitas operações de cerco e cavalgadas. Líder impaciente, pró-ativo e ousado, não foi um intérprete escrupuloso de uma estratégia de evitar a batalha campal, que procurou com frequência, sobretudo quando tinha possibilidades de a vencer. A exceção a esta regra é o combate de Valverde, onde foi forçado a combater, e em condições ingratas. O que Nun’Álvares não apreciava eram as operações de cerco. A discussão que teve com o rei, em Coria, é elucidativa: ele considerou que aquela operação, empreendida sem engenhos adequados, mais era “morte de homens” do que “honra e proveito” de alguém. Os cercos –dizia– eram operações dispendiosas e arrastadas, que exigiam um planeamento e uma logística complexos (vitualhas e engenhos); em cada dez tentativas, só três tinham sucesso. Assim, poucas vezes o encontramos a assediar praças, a não ser com o rei. E quando tenta, por conta própria, o assalto a um lugar, fá-lo porque tem esperança de dispor de uma ‘quinta coluna’ (caso de Vila Viçosa, em 1384), ou então na sequência de um ardil, como em Monsaraz ou em Portel.

Como alternativa, o conde defendia a batalha e as operações de desgaste do adversário: grandes razias ou ciladas ardilosas. A sua primeira ação militar relevante foi uma emboscada na praia, na zona de Santos, em que quase morreu! Um batismo de fogo, revelador da predileção de Nun’Álvares pelos ‘golpes de mão’, típicos de uma guerra vegeciana e que acentua outra faceta: ele jogava na antecipação e na surpresa, nos movimentos noturnos, e a sua hoste tinha grande capacidade de deslocação, chegando a percorrer sete léguas numa noite; por vezes, os inimigos mal tinham tempo para se vestir e travar a sua investida matinal; por isso os de Cáceres o apuparam, gritando “de nada valeu teu madrugar, Nuno Madruga”<sup>78</sup>!

<sup>76</sup> Por exemplo: “É melhor dominar o inimigo pela fome, por ataques de surpresa ou pelo terror do que pelo combate, no qual a sorte costuma ter mais peso do que a coragem” (Vegécio, ed. MONTEIRO e BRAGA, p. 327).

<sup>77</sup> ALLMAND, *The De Re Militari of Vegetius. The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*, *passim*.

<sup>78</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXVI, p. 159.

Este estilo de guerra implicava muita atenção à recolha de informação. Quando persegue Pero Sarmiento, vemos Nun'Álvares receber notícias sobre a hoste castelhana e as defesas de Almada; em 1398, quando vai no encalço do mestre de Santiago, envia batedores em busca dos adversários, decerto também para reconhecerem os itinerários. As informações podiam, por vezes, não ser fiáveis; noutros casos, embora verídicas, podiam não ser boas, e então o chefe deveria acautelar o ânimo das suas tropas: antes de Aljubarrota, ordenou a um prisioneiro que declarasse que o exército que o rei de Castela trazia era desprezível e estava minado pela discórdia<sup>79</sup>...

Na guerra medieval, os recursos eram escassos e tudo dependia da organização e da coragem dos combatentes. Nun'Álvares procurou moldar desde cedo o caráter da sua companhia, inculcando-lhe identidade e confiança, que resultavam de um treino regular, da habituação à visão do inimigo e do respeito pelo seu líder; este esforço deteta-se logo quando o jovem fronteiro apresenta aos seus a parábola do “poço escuro”. Todavia, também era preciso ser eficaz em combate. Nun'Álvares efetuou muitas inspeções às suas tropas e, em finais de 1397, antes de atacar Cáceres, ordenou e treinou as suas 700 lanças nos arredores de Vila Viçosa, pois há algum tempo que não combatiam e o ócio da paz amolecia os homens<sup>80</sup>. Em batalha, Nun'Álvares gostava de encabeçar as tropas na primeira linha, tal como sucedeu em Atoleiros, em Aljubarrota ou até em Valverde. Além disso, não se esquivava a liderar operações para obtenção de forragens e mantimentos. Tudo isso tinha um retorno, em matéria de disciplina e de dedicação dos guerreiros; e isso era essencial, pois ainda não havia exércitos permanentes ou treino conjunto regular! Controlar as tropas era quase sempre uma tarefa muito ingrata, sobretudo quando faltava o soldo, como sucedeu por diversas vezes, O facto reforça a nossa convicção de que este exército funcionava como uma “companhia de homens de armas”, com forte sentido de autonomia e com uma organização muito própria.

Significa isto que o exército de Nun'Álvares era um contingente mercenário, comparável às “companhias de aventura” que grassavam na Europa<sup>81</sup>? Julgamos que não. Os mercenários eram, por definição, soldados sem Estado, que combatiam por dinheiro, não sendo súbditos da Coroa que serviam<sup>82</sup>. Ora, não é isso que vemos no contingente de Nun'Álvares, onde são todos portugueses e súbditos de D. João I; é certo que o problema do pagamento do soldo é recorrente, no entanto, devemos distinguir entre soldados remunerados e soldados profissionais (como os mercenários), que não se preocupavam com a origem do dinheiro que recebiam. Os homens de Nun'Álvares, na sua maior parte, conservavam as suas atividades profissionais e eram reconvidados de cada vez que o seu líder organizava uma campanha. Além disso, como refere Fernão Lopes<sup>83</sup>, na “companhia de Nun'Álvares” serviam muitos homens da pequena e média nobreza,

<sup>79</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. XXXII, pp. 67-68.

<sup>80</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CLXI, p. 339; e *Crónica do Condestabre*, cap. LXVI, p. 158.

<sup>81</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 151-159.

<sup>82</sup> PRESTWICH, *Armies and Warfare in the Middle Ages. The English experience*, p. 147.

<sup>83</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. 199, p. 445.

o que não favorece uma leitura mercenária da sua hoste, já que a etiqueta ‘mercenário’ não se aplica bem a gente de condição social elevada, mau grado a volubilidade do seu posicionamento político<sup>84</sup>.

Julgamos que a convivência precoce de Nun’Álvares com os mercenários do conde de Cambridge e, mais tarde, com os ingleses que combateram em Aljubarrota o ensinou a organizar bem uma companhia de homens de armas; aqueles mercenários eram gente muito experiente<sup>85</sup> e Nun’Álvares aprendeu bem a lição; depois, aplicou esses princípios organizativos ao grupo que comandou entre 1384 e 1400. Logo após a sua nomeação como fronteiro de Entre Tejo e Guadiana, impôs que a sua hoste tivesse bandeira própria, conselho de guerra e oficiais com funções específicas (alferes, meirinho, ouvidor, carcereiro, etc.); a seguir, aproveitou as oportunidades para os equipar, para os treinar, para os reger em armas e para os familiarizar com os segredos da guerra; tornou-os uma máquina de combate eficiente, que pôde atuar durante muitos anos com bastante autonomia. Nuno tinha poderes para punir os seus homens e para lhes confiscar e doar bens. Compôs, assim, a sua “companhia de guerra”, mas não uma “companhia de aventura” à maneira mercenária: estes homens tinham uma causa, um propósito e uma autoridade política reconhecida acima deles – o fronteiro/Condestável e, por todos, o monarca; não serviam só por dinheiro, embora este não fosse desprezável ou indiferente; lucraram com a guerra, foram pagos para a fazer, mas não subordinaram completamente a sua vida a ela, nem serviram fora de Portugal.

Em nossa opinião, o que o Condestável tentou criar, em 1394, foi um exército de tipo senhorial privado, porventura o único que existiu em Portugal entre o final da Reconquista e o termo da Idade Média, fora da órbita da Casa Real. Uma hoste dependente de um senhor, poderosa e eficaz, com a qual se dispôs até a oferecer batalha ao rei de Castela, em 1385. Não seria, sobretudo de início, um exército composto apenas por homens dos seus senhorios, pois Nun’Álvares tirou partido da condição de fronteiro do Alentejo, mais tarde reforçada pelo estatuto de Condestável. Nas zonas mais próximas da raia, a existência de uma tradição de mobilização municipal também terá ajudado a compor os contingentes militares que Nuno foi reunindo. Entretanto, com a sucessão das campanhas e com a acumulação de títulos e de terras, a natureza mais privada, senhorial, das suas tropas deve ter-se acentuado e tê-lo-á levado a tentar possuir vassalos próprios. Nessa altura, a Coroa sentiu o perigo e atalhou o problema. Porém, a hoste do Pereira continuou a atuar de forma semelhante e em paralelo à hoste real. Se não conseguiu ver consagrada pela Coroa a natureza feudo-vassálica da sua força, nem por isso deixou de continuar a dispor dela nos anos que se seguiram, até ao final da guerra contra Castela, com a mesma autonomia de sempre, beneficiando para tanto de uma complacência excecional da Coroa.

No plano logístico, o estilo de D. Nuno privilegiava uma guerra móvel, que não implicava o transporte de materiais pesados. O abastecimento era feito com base no que

<sup>84</sup> PRESTWICH, *op. cit.*, p. 150.

<sup>85</sup> RUSSELL, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, pp. 335 e ss.

a terra dava, em especial durante as incursões em Castela, e os problemas só surgiam quando os inimigos recorriam à “terra queimada” e esvaziavam os campos e os celeiros. Digno de nota é o esforço regular de Nun’Álvares para recrutar tropas para as campanhas que tinha pela frente (e para evitar as deserções). Embora contasse com um ‘núcleo duro’ estável, ele tinha de o reforçar para cada operação, e fazia-o com eficácia, quase sempre no Alentejo.

#### 4. O senhor feudal e o seu património

A primeira peça do património de Nun’Álvares consistiu numa doação (de Alter do Chão, Vila Formosa, Chancelana e Assumar, no Alentejo) que lhe foi feita por D. Fernando logo em 1373, por ocasião da sua chegada à corte régia<sup>86</sup>. Em 1376, esse pecúlio foi bastante reforçado graças ao seu matrimónio com Leonor de Alvim. Mas isto não o transformava ainda num grande senhor feudal, com forte influência política; paradoxalmente, este estatuto só chegaria após as mortes do pai (c. 1380) e do rei (1383), que tanto o tinham protegido.

De facto, foi entre 1384 e 1388 que o património de Nun’Álvares conheceu um grande aumento. Isso deveu-se às circunstâncias políticas e ao seu talento militar. Foi a guerra aberta em inícios de 1384, foi a indefinição dos poderes legítimos, foi a necessidade de uma chefia militar eficaz e foi ainda a urgência em aliciar e fidelizar adeptos que criaram as condições para a afirmação política de Nun’Álvares<sup>87</sup>. Existe uma estreita relação entre os principais acontecimentos político-militares e as grandes doações feitas pelo mestre de Avis/D. João ao seu braço armado. Este tornou-se condestável e mordomo-mor no termo das cortes de Coimbra; subiu a conde de Ourém e recebeu um vasto património distribuído por todo o reino seis dias após o triunfo de Aljubarrota; foi consagrado como conde de Barcelos logo após a vitória obtida em Valverde; recebeu benesses importantes (como os padroados e a apresentação de igrejas, além de privilégios especiais para os seus ouvidores) aquando do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre (1387); ganhou direito a senhorio com “mero e misto império” (possibilidade de exercer a justiça tanto nos feitos cíveis como nos feitos criminais) da vila de Chaves durante o assédio real a Campo Maior, em 1388... Admito também que o condado de Arraiolos tenha chegado às suas mãos em finais de 1384, em resultado dos seus triunfos no Alentejo, a partir da batalha de Atoleiros<sup>88</sup>. Portanto, foi pela guerra e por causa da guerra que Nun’Álvares se evidenciou, se distinguiu dos irmãos e se tornou o senhor mais poderoso e rico do reino.

A partir de 1389-1390, entramos numa terceira fase, que corresponde a um período de estabilização político-militar e se traduz em cartas de confirmação de doações anteriores. Até 1391-1392, encontramos também sentenças régias sobre conflitos de interesse

<sup>86</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol II, t. I, n.º II-443, p. 235 (de Santarém, 2-07-1390).

<sup>87</sup> CUNHA, *Linhagem, parentesco e poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, p. 86.

<sup>88</sup> Vejam-se detalhes em MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 174-184.

entre o Condestável e alguns concelhos, ou entre ele e outros fidalgos, a par da concessão de privilégios que permitiam regalias diversas a oficiais seus ou que autorizavam Nun'Álvares a associar, à exploração económica dos seus bens, o exercício da justiça. É ainda desta fase que datam algumas trocas de propriedades ou de direitos, dentro da sua própria família ou com o rei<sup>89</sup>.

Julgamos que terá sido em finais de 1392 que o património detido por Nuno Álvares atingiu a sua maior expressão; a partir daqui, entramos num ciclo de “desconstrução”. Mafalda Cunha<sup>90</sup> fez a análise da distribuição geográfica do património de Nun'Álvares; o senhorio do Condestável impressiona pela sua extensão e dispersão geográfica, sobressaindo três grandes núcleos de concentração de bens:

- i) um primeiro núcleo na faixa central do norte do território, ao longo da fronteira entre as comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes: as terras de Pena, Bastos, Barroso e Chaves. A terra de Barroso era uma região pobre, de clima rigoroso, com poucas áreas cultiváveis e uma população dispersa (10,2 habitantes/km<sup>2</sup>). Numa posição excêntrica, temos ainda o condado de Barcelos, com uma população numerosa e grande valor simbólico, por ser o mais antigo condado português.
- ii) o núcleo central da Estremadura, que correspondia aos concelhos de Porto de Mós e de Ourém, regiões relativamente pobres e de fraca concentração populacional (9,6 habitantes/km<sup>2</sup>), mas bem situadas e decisivas no que dizia respeito à defesa em profundidade de Lisboa.
- iii) o núcleo da comarca de Entre Tejo e Guadiana, em parte formado por terras obtidas por escambo tardios com o monarca (em 1408). Os concelhos em causa distribuíam-se sobretudo pela zona interior, sem tocar a fronteira; ocupavam uma parte das áreas realengas, ficando encaixadas entre a massa de bens pertencentes às ordens militares.

Nun'Álvares possuía ainda outras terras (exíguas e descontínuas) sob a sua jurisdição ou de onde extraía rendimentos; estas polvilhavam o Douro Litoral ou a zona envolvente de Lisboa (como Almada ou os reguengos de Lisboa)<sup>91</sup>.

A etapa da “desconstrução” patrimonial iniciou-se no final de 1393, quando o Condestável procedeu à distribuição pelos seus companheiros de armas, que desejava vassalizar, de terras de juro e herdade que tinha recebido da Coroa. É clara a sua intenção de reproduzir o modelo régio, todavia o monarca não lho consentiu e Nuno reagiu mal, o que esteve na origem do tal conflito que o poderia ter levado a partir para Castela com os seus companheiros. A questão foi solucionada por um acordo cujas consequências,

---

<sup>89</sup> Idem, *ibid*, pp. 184-186.

<sup>90</sup> CUNHA, *Linhagem, parentesco e poder*, pp. 93-96.

<sup>91</sup> Idem, *ibid*, p. 97.

em matéria patrimonial, não estão ainda esclarecidas; o pacto terá implicado a entrega ao monarca, por parte do Condestável, das terras que dele tinha recebido a título precário, assim como a recuperação das que já tinha entregado aos seus ‘vassalos’; em contrapartida, o rei tomaria para si todos os homens do conde, pois apenas o monarca poderia dispor de vassalos próprios; em compensação, a Coroa atribuiria àqueles homens “contias”, isto é, rendimentos fixos anuais<sup>92</sup>.

Nesta fase, torna-se clara uma menor dependência do monarca em relação ao Condestável: a guerra estava quase ganha e a Coroa tinha agora condições para impor uma política centralizadora de reordenamento patrimonial. Apesar disso, e como observa Fernão Lopes, Nun’Álvares teve em Portugal três condados e “teve a seu mandar dezoito lugares do reino”: Braga, Guimarães, Chaves, Montalegre, Porto de Mós, Ourém, Almada, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Évora Monte, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Sousel, Alter do Chão, Monsaraz, Portel e Loulé<sup>93</sup>!

Em 1401, deu-se a segunda fase da alienação do património de Nun’Álvares, com o casamento da filha única, Beatriz, com Afonso, o bastardo de D. João I. Trata-se da cedência de terras situadas no Entre Douro e Minho, incluindo Barcelos e o título condal associado. Foi uma forma de o Condestável assegurar a constituição de uma casa senhorial autónoma, capaz de perpetuar a sua linhagem e memória; por outro lado, o monarca recuperava assim algum controlo sobre os bens que prodigamente dispensara ao Condestável nos anos difíceis da guerra<sup>94</sup>. Três anos mais tarde (1404), o Condestável fez a sua primeira doação de bens ao Convento do Carmo, que mandara construir em Lisboa a partir de 1389, tendo-se as obras prolongado até 1422<sup>95</sup>. Em 1408, como anunciámos, uma operação de escambo com o monarca (que valorizava politicamente a Estremadura) provocou uma reconfiguração do seu património, através de uma maior concentração de bens no Alentejo.

A última fase de alienação do património do Condestável ocorreu em 1422 e correspondeu a amplas doações aos três netos – Afonso, Fernando e Isabel. Mafalda Cunha considera a forma de transmissão escolhida como bastante atípica e arcaica: revelou a intenção de criar casas senhoriais paralelas ao ramo principal da linhagem (o do genro Afonso), visando, talvez, prevenir a extinção do tronco principal da família<sup>96</sup>. Para a Coroa, a solução oferecia uma grande vantagem: promovia a desagregação de um senhorio demasiado extenso que estava concentrado nas mãos de um único senhor e conduzia à constituição de três casas poderosas, sim, mas mais compatíveis com o reino e com o património dos infantes reais<sup>97</sup>.

<sup>92</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 127-130.

<sup>93</sup> F. LOPES, *Crónica de D. João I, Segunda Parte*, cap. CLIII, pp. 320-321.

<sup>94</sup> CUNHA, *Linhagem, parentesco e poder*, p. 31.

<sup>95</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 199-205.

<sup>96</sup> CUNHA, *Linhagem, parentesco e poder*, p. 62.

<sup>97</sup> Idem, *ibid*, p. 63.

Restava doar o convento de Lisboa à Ordem do Carmo, o que sucedeu em finais de julho de 1423. A partir de então, vivendo ele próprio dentro do convento, Nun'Álvares já não dispunha de bens próprios, embora tivesse reservado os direitos de administração sobre tudo aquilo que dizia respeito ao cenóbio em cuja construção investira muita da sua riqueza, ao longo de mais de três décadas.

## 5. O Carmelita e Santo

Analisaremos por fim a faceta religiosa de Nuno Álvares Pereira. A *Crónica do Condestabre* conta-nos que, quando atingiu os 62 anos, apercebendo-se da sua fraqueza e sentindo o reino em paz, “apartou-se a servir Deus em estado de pobre em Santa Maria do Carmo da cidade de Lisboa, que ele mandara fazer”<sup>98</sup>. Continuava, porém, a acompanhar os acontecimentos principais, graças às visitas que recebia no Carmo. Por isso, quando soube (em 1425?) que o rei de Tunes se preparava para atacar a cidade de Ceuta e que D. João I estava a organizar uma armada de socorro, Nun'Álvares dispôs-se a integrar a frota e preparou-se nesse sentido! A expedição, todavia, não chegou a zarpar, porque o rei tunisino não atacou Ceuta daquela vez.

No seu último capítulo, a *Crónica do Condestabre* fala das obras divinas de Nun'Álvares; e é aqui que a biografia, que destacara as ações militares do herói, recorda “as obras que fez por serviço de Deus”<sup>99</sup>. O autor evoca a castidade de Nun'Álvares desde os 23 anos e realça outras virtudes e obras: ouvia duas missas por dia; confessava-se amiúde; comungava quatro vezes por ano; construiu templos e mosteiros vários (quase todos no Alentejo); fazia as suas orações e, enquanto pôde, levantava-se à meia-noite para rezar as matinas; jejuava três vezes por semana e também nas festas e dias santos, enquanto isso foi possível; praticava a caridade com os pobres, a quem entregava a décima parte de todos os dinheiros que recebia; dava de vestir aos pobres das suas terras, num sistema rotativo por comarcas; fornecia tecidos e dinheiros aos escudeiros, aos homens pobres, a mulheres outrora honradas e a mais gente carenciada; enviava “pano para vestir” a cavaleiros, escudeiros e outras pessoas honradas, em especial aquelas que o acompanhavam<sup>100</sup>; tinha muito pão, que guardava em “bons covais” para as épocas de carestia, altura em que o oferecia aos necessitados; num ano em que houve uma terrível carestia no reino vizinho e em que chegaram a Estremoz 400 castelhanos esfomeados, mandou identificá-los e entregar-lhes quatro alqueires de trigo por mês, distribuídos dos celeiros dele e durante quatro meses; quando entrou para o mosteiro do Carmo, doou os seus bens aos netos, tornou vitalícias as terras e rendas que alguns dos seus velhos companheiros de armas tinham recebido dele e ainda entregou muito ouro, prata, dinheiro, joias, armas e roupas, para além de cereal, azeite e roupas de cama a cavaleiros, a

<sup>98</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXXIX, p. 197.

<sup>99</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXXX, pp. 198-203.

<sup>100</sup> Fernão LOPES, na *Crónica de D. João I, Segunda Parte* (cap. CC, p. 449), diz que andavam sempre com Nun'Álvares, para o guardar, 30 escudeiros com cavalos e arneses muito bons.

escudeiros e a pobres, “pelo amor de Deus”; perdoou dívidas de dinheiro, de pão e de sal a almoxarifes e a rendeiros seus; e, com tudo isto, ficou apenas com “uma samarra de pano de Gales” para si próprio<sup>101</sup>...

Depois de entrar para o mosteiro, Nun’Álvares formulou três desejos: mendigar a sua comida; chamar-se apenas de “Nuno”; e “ir fora de terra e acabar lá, que não soubessem parte dele”<sup>102</sup>. O infante D. Duarte veio visitá-lo ao Carmo e rogou-lhe que desistisse de tais planos e que pedisse antes a ele e ao rei o que quisesse. Perante a insistência, o velho Condestável acedeu: o rei e o infante atribuíram a Nun’Álvares uma “boa tença de dinheiros”, com que Nuno e os seus companheiros ficaram “assaz abastados do que lhe fazia mester, e ainda o condestabre dela fazia muitas esmolas”<sup>103</sup>. Fernão Lopes confirma todo este relato; os cronistas convergem, pois, quanto ao retrato do Condestável, que, mesmo no calor da guerra, se distinguia pelos seus hábitos religiosos, venerando os sacramentos e os sacerdotes, transportando na hoste um altar portátil, fazendo-se acompanhar de capelães e de confessores, organizando festas solenes no seu arraial (com procissões, círios, louvores aos santos, ações de purificação), exprimindo misericórdia pelos adversários (em especial mulheres, crianças e idosos), entre outras manifestações de ética devota e cavaleiresca.

No *Sumario que o ifante deu a mestre Francisco pera pregar do condestabre dom Nuno alvarez pereyra*<sup>104</sup>, D. Duarte instruiu este frade para repartir o seu sermão em três partes: na primeira, deveria explicar como Nosso Senhor coroou de glória Nun’Álvares no seu reino temporal; na segunda, como o coroou de honra, “em esta vida e na outra”; e, na terceira, como o Condestável servia de exemplo a todos para alcançarem glória e honra terrena e celestial. Ora, nesta parte derradeira, o sermão deveria precisar por que razão é que a vida de Nun’Álvares poderia servir de exemplo aos senhores, aos cavaleiros, às mulheres e até aos religiosos; neste último caso, por ter sido capaz de “renunciar [a] tudo quanto havia” e porque “se nom contentou de viver per si, e mandou por hum pobre da serra cuja regra e obediência seguisse”; além disso, renunciara aos feitos deste mundo e nunca mais requerera nada ao rei, antes persistira no seu bom viver, alcançando uma morte exemplar<sup>105</sup>. Já na breve oração em latim que compôs em memória de Nun’Álvares, o infante D. Pedro evoca-o como “modelo de príncipes” e “espelho de contemplativos”, como homem “firme e forte em combate”, mas piedoso na hora da vitória, além de “obediente e devoto no claustro”<sup>106</sup>.

Sabemos pouco sobre o que foram os anos finais da vida de Nun’Álvares, no Convento do Carmo, entre 1422/23 e 1431. Prosseguiria decerto os hábitos religiosos, participando

<sup>101</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXXX, pp. 199-200.

<sup>102</sup> Idem, *ibid*, p. 202

<sup>103</sup> Idem, *ibid*, pp. 202-203.

<sup>104</sup> Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, pp. 225-229.

<sup>105</sup> Idem, *ibid*.

<sup>106</sup> SANTOS, “Para a história do culto do B.º Nun’Álvares”, pp. 396-398. Segui aqui a tradução de Aires Augusto NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, p. 34.

na liturgia comunitária e na recitação das Horas em louvor de Deus e da Virgem Maria<sup>107</sup>. A tradição carmelita refere que o donato, que ocupava uma pequenina cela à entrada do mosteiro, se ocupava também dos pobres; à porta do convento, distribuía esmolas e alimentos; reconhecidos, os pobres cantavam-lhe trovas. Consta também que tinha uma grande dedicação aos doentes e moribundos (que visitou em hospitais e prisões), assim como aos encarcerados no “tronco” de Lisboa<sup>108</sup>. Quando o excesso de visitas começou a perturbar o seu sossego, terá mandado construir uma ermida na cerca do convento, dedicada a Nossa Senhora da Assunção; aqui, passaria horas esquecidas, em suaves colóquios com Deus e com a Virgem<sup>109</sup>. E assim, em afazeres religiosos, em cuidados com os pobres e os enfermos, em recolhimento religioso na pequena cela (a que chamavam de início “a casa do século”, porque nela recebia alguns amigos<sup>110</sup>) e também em tarefas de administração do cenóbio se consumiria o quotidiano do Condestável entre 1422 e 1431.

Que reinterpretação se pode então fazer da opção religiosa de Nuno Álvares Pereira? É prudente recordar que ele vive num tempo em que a religião constitui um guia para ler o mundo, a resposta às interrogações sobre o significado da vida e a salvação dos homens. Ele é, além do mais, um nobre e um soldado, um homem que faz da guerra a sua profissão, e não um mediador do sagrado que ajuda a conduzir os homens para Deus e que tem o poder de condenar ou de absolver. Os *bellatores* matam, os *oratores* rezam, as preocupações salvíficas, comuns a uns e a outros, colocam-se em patamares diferenciados. O Condestável é, ainda, o súbdito mais rico do reino, acumulou títulos, terras, rendas, influências, dependentes; ele tem consciência da posição excepcional que ocupa, das responsabilidades que lhe cabem, da extensão e aspereza do caminho que terá de percorrer para acautelar a sua salvação.

Em segundo lugar, Nun'Álvares vive numa época de animação económica, social e também religiosa, em que, perante novas inquietações e realidades, desabrocham novas propostas. Este é um tempo de floração de movimentos religiosos de alguma radicalidade, de exigência de retorno à pobreza evangélica, de abertura a novos desafios por parte de um laicado urbano que, graças à sua maior literacia e capacidade económica, promove novas escolhas na oferta religiosa existente e se mobiliza de forma mais autónoma para participar na vida espiritual da sua família ou da sua comunidade. Nun'Álvares não pode ter sido alheio a este ambiente. A corte régia está repleta de franciscanos, é sensível à *devotio moderna* e à intensidade de vivência religiosa que ela propõe, as observâncias mendicantes estão a espalhar-se por Portugal. Dos círculos cortesãos (incluindo da família real) e dos meios da nascente burguesia rural ou mercantil, começam a brotar casos de renúncia, de *fuga mundi*, de sacrifício do terreno em prol de um objetivo escatológico, verdadeiramente redentor.

<sup>107</sup> NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, pp. 239-240 e 279.

<sup>108</sup> CARVALHO, “A espiritualidade do Santo Condestável”, pp. 643-644.

<sup>109</sup> Idem, *ibid.*, pp. 642-643.

<sup>110</sup> VELASCO BAYÓN, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, p. 48.

O Condestável é também um filho do Sul, viveu os anos da sua formação no Alentejo, que percorreu vezes sem conta. Teve a possibilidade de sorver as influências espirituais dominantes neste espaço, onde os mendicantes se afirmaram, onde os eremitérios da “pobre vida” grassaram a partir de 1366, onde várias ordens militares tinham os seus territórios de eleição, onde os carmelitas, com toda a sua devoção mariana, se estabeleceram (em Moura, na margem esquerda do Guadiana). Nun’Álvares é, além disso, um Pereira, filho e irmão de priores do Hospital, uma ordem que transportava consigo a memória da guerra santa na Síria-Palestina, que mantinha acesa a chama da cruzada que brilhava ainda no Ocidente europeu. Na península de Setúbal, onde também manteve interesses e investimentos, em especial na zona de Almada, era a Ordem de Santiago que pontificava, com a sua mística própria, o seu santoral guerreiro, os seus louros de promotora da reconquista do Algarve.

A mundividência religiosa de Nuno Álvares Pereira é uma tapeçaria feita de todos estes fios; ele não constitui um caso exótico e insólito, é sim um homem do seu tempo, produto das suas circunstâncias históricas, embora lhes acrescente algo de muito próprio. Julgamos que, de entre todas as influências que citámos, a que terá pesado mais no ‘ser religioso’ do Condestável foi a dos eremitas alentejanos da serra de Ossa (entre Estremoz e o Redondo); isto apesar de, até hoje, se ter valorizado mais a ligação dos Pereiras aos Hospitalários, ou a de Nun’Álvares aos carmelitas. Explicaremos porquê.

Em primeiro lugar, julgamos que existe uma interpretação alternativa para o parágrafo do *Sumario* que o infante D. Duarte deu a mestre Francisco e que diz: “(...) que se non contentou de viver per si e mandou por um pobre da serra cuja regra e obediência seguisse”. Parece-nos indubitável que estes “pobres da serra” são os anacoretas da serra de Ossa e – ao contrário de Aires Nascimento<sup>111</sup> – julgamos que o príncipe herdeiro não quis dizer que o Condestável enviou alguém “em seu lugar” para o representar junto daquela comunidade eremítica. Na nossa opinião, a expressão “mandou por um pobre” sugere antes recolha de informação sobre a regra de vida dos eremitas alentejanos<sup>112</sup>; e até iremos mais longe: tendo em conta o grau de familiaridade do Condestável com as comunidades eremíticas do Sul, pode até ser que não se tratasse apenas de requerer aconselhamento, mas também de tentar chamar esse modelo para junto de si, na fase final da sua vida.

Com efeito, em 1425, como expus em trabalho anterior utilizando um documento da Biblioteca Pública de Évora<sup>113</sup>, um cunhado de Nun’Álvares, o almirante Carlos Pessanha, fez “pura doação” aos eremitas da serra de Ossa de umas casas e de um “pedaço de chão” num local situado “a par do mosteiro da Trindade”, ou seja, ao lado do Convento do Carmo, em Lisboa; nessa altura, já Nun’Álvares residia no cenóbio havia três anos. Julgamos ser muito provável que ele tenha intervindo nesta transação, facilitada por um familiar que lhe devia a nomeação como almirante; uma transação,

<sup>111</sup> NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, p. 261.

<sup>112</sup> Veja-se também ROSA, “Exercício do poder e salvação da alma. *A fuga mundi* nos círculos cortesãos tardo medievais portugueses”, p. 426, nt. 17.

<sup>113</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 283-284.

além do mais, testemunhada por Mendo Seabra, um dos principais elementos de ligação entre a corte régia e o mundo dos eremitas do Sul de Portugal, um homem certamente das suas relações. Assim, o Condestável, nos seus últimos seis anos de vida, terá tido como vizinhos, ao menos pontualmente, os “pobres da serra”.

Em terceiro lugar, a intimidade de Nun’Álvares com os eremitas alentejanos foi registada na *Crónica do Condestabre*. Quando decidiu ajudar 400 castelhanos que padeciam de fome, foi aos eremitas da serra de Ossa que D. Nuno recorreu para os identificar, organizar e materializar o seu apoio: “E deu carrego [encargo] a dois pobres da serra que andassem a [na] comarca de entre Tejo e Guadiana, que soubessem parte de todos os homens e mulheres e criaturas pequenas que ali eram, que com minguia de pão se vieram de Castela, e que lhos trouxessem [trouxessem] por escrito”! E, um pouco mais adiante: “e deu carrego àqueles mesmos dois pobres que, dos seus celeiros, lhe fosse dado este pão cada mês para eles, e os pobres o fizeram por seu mandado”<sup>114</sup>. Os eremitas da serra de Ossa serviram, pois, de radar humano para localizar os esfomeados que mereciam ajuda e, depois, atuaram como agentes de Nun’Álvares para concretizar toda a operação de apoio. O Condestável geria uma casa rica e dispunha de oficiais próprios, mas foi aos “pobres da serra” que, naquela ocasião delicada, recorreu...

Em quarto lugar, a oração que o infante D. Pedro compôs em memória de Nun’Álvares começa por dizer: “Norma principum, exemplum dominorum, speculum anachoretarum es, beate Nune”. A tradução de Aires Nascimento<sup>115</sup> diz assim: “Modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de contemplativos és tu, bem-aventurado Nuno!”; em outras traduções, em vez de “espelho de contemplativos” podemos ler “espelho de religiosos”. Ora, julgamos que aquilo que D. Pedro quis dizer do Condestável é mesmo que ele fora “espelho de anacoretas”, ou seja, modelo de eremitas: “Modelo de príncipes, exemplo de senhores, *espelho de anacoretas* és tu, bem-aventurado Nuno!”.

Em quinto lugar, invocamos a boa (e rara, para os hábitos da nobreza) relação que a família dos Pereiras tinha com o fenómeno eremítico do sul de Portugal. Lembramos o investimento de Iria Gonçalves, mãe de Nun’Álvares, na refundação do eremitério de Vale de Flores (Portalegre), a partir de 1385; lembramos o aparecimento, em 1410, de notícias sobre um pequeno eremitério em Flor da Rosa, terra onde o prior Álvaro Gonçalves Pereira se fez sepultar; lembramos ainda que Álvaro Pereira, freire da Ordem do Hospital e comendador de Vera Cruz de Marmelar, doou em 1420, aos “pobres” de Água de Infantes, uma cova na Igreja de Santa Maria de Portel (fundada pelo Condestável) para aí se poderem sepultar<sup>116</sup>. Parece-nos, pois, evidente a ligação entre a família dos Pereiras e o movimento eremítico alentejano, que atravessou gerações e que foi também da simpatia do Condestável, senhor de muitos dos territórios em que aquelas micro comunidades se fixaram.

<sup>114</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXXX, pp. 200-201.

<sup>115</sup> NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, p. 34.

<sup>116</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 268-287, com base em FONTES, *Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*.

Recordemos, por fim, a estranha doença nervosa de Nun'Álvares, ocorrida em 1398. O testemunho da *Crónica do Condestabre* indica-nos que a difícil recuperação se iniciou numa quinta na região de Palmela, em “Alfarrara, que é lugar mui saboroso e em que há muitas águas e árvores”; aqui o desceram da liteira em que era transportado, “à porta de uma mui formosa e bem assentada quinta onde havia de pousar”; e o resultado foi quase instantâneo: ficou logo tão “ledo e aliviado que parecia ser são”<sup>117</sup>. Pois bem, não cremos que esta passagem, de que Gil Airas foi certamente a fonte (ele foi dos poucos que testemunhou a ocorrência), seja inocente. É que –sabemo-lo hoje graças aos preciosos estudos de João Luís Fontes<sup>118</sup>– Alferrara era um dos eremitérios mais importantes da região de Setúbal! E um eremitério muito ligado à ação de Mendo Seabra (ex-cortesão e amigo de D. Duarte) e muito conforme ao padrão e à regra de vida dos anacoretas da serra de Ossa... Não cremos que tenha sido por acaso que, naquele transe, foi para ali que levaram o Condestável, na esperança de o salvar. Logo à chegada, Nun'Álvares foi visitado por uma delegação de homens-bons de Setúbal, com quem folgou durante algum tempo, até que, à despedida, um tal Lourenço Anes Cordovil se lembrou de lhe pedir que intercedesse pelo concelho de Setúbal, o que o indis pôs terrivelmente. Julgamos que esta passagem da *Crónica do Condestabre* traduz metaforicamente o contraste entre dois mundos, entre duas vocações e formas de assumir a vida, um dilema que dilacerava Nun'Álvares: o mundo vão, precário e limitado do quotidiano, da manobra política, do jogo de influências pessoais (que o homem-bom de Setúbal e os portadores de cartas que por essa altura arrasavam o Condestável personificavam); e o mundo muito mais puro e celestial dos eremitérios, terras ‘da água e do mel’, onde a intriga dava lugar à contemplação e a acumulação de favores e de riqueza cedia em toda a linha perante o exemplo salvador do despojamento.

Neste contexto, vemos com alguma naturalidade as referências carmelitas ao facto de Nun'Álvares ter mandado edificar na cerca do ‘seu’ convento uma pequena ermida, em honra de Nossa Senhora da Assunção. E também julgamos perceber melhor a citada informação da biografia anónima, segundo a qual os três grandes desejos do Condestável para o final dos seus dias seriam: mendigar o seu sustento, chamar-se apenas de “Nuno” e “ir fora de terra e acabar lá, que não soubessem parte dele”. Esta ideia de despojamento de identidade –que para um fidalgo era especialmente radical (significava cortar com a família e com os títulos de honra)–, de errância incógnita, compaginam-se bem com o ideal de vida eremítico. Além disso, estamos convencidos de que o facto de Nun'Álvares ter querido ficar apenas com o estatuto de donato (isto é, de *semifrater*, ou meio frade) quando ingressou na Ordem do Carmo, em 1423, terá estado também relacionado com uma certa resistência à incorporação, à institucionalização, uma atitude muito própria do mundo dos eremitas.

Uma última questão prende-se com a decisão de Nun'Álvares de entregar o Convento do Carmo aos religiosos de Moura e de nele habitar, primeiro sem tomar o hábito

<sup>117</sup> *Crónica do Condestabre*, cap. LXVII, p. 163.

<sup>118</sup> FONTES, Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa.

(1422), logo depois como donato carmelita (1423). Admite-se que o convite formal ao vigário-geral dos carmelitas de Moura date de 1392; com a guerra quase ganha, Nun'Álvares teria maior capacidade de observação e de interiorização da vivência religiosa do sul de Portugal, pelo que os seus contactos com os frades de Moura devem ter-se intensificado, ao ponto de o seu meirinho-mor, João Gonçalves, ali ter profesado. Os carmelitas tinham imensos trunfos para seduzir um homem com o perfil de Nun'Álvares: evocavam a guerra santa, as cruzadas e Jerusalém; qualquer que seja a forma exata da sua penetração em Portugal (onde estão presentes desde finais do século XIII ou inícios do século XIV)<sup>119</sup>, tinham uma ligação à Ordem do Hospital; corporizavam uma tradição de eremitismo, de isolamento e de renúncia associada ao seu mítico fundador (o profeta-eremita Elias); e, por fim, nutriam uma forte devoção pela Virgem Maria. Além disso, como observa Aires Nascimento, os carmelitas eram talvez menos formais, menos institucionais, davam-lhe garantias de se poderem moldar melhor ao projeto do convento lisboeta do que uma ordem reformada mais rígida e também mais interveniente, menos recatada<sup>120</sup>.

Quanto à decisão do Condestável de ir viver para o Carmo e ali morrer como donato, lembramos que Nun'Álvares é, aos 62 anos, um homem relativamente só: é viúvo, não tem filhos (Beatriz morrera há cerca de uma década) e restam-lhe a mãe (já muito idosa), o genro (com quem não teria uma boa relação) e os netos. Estes teriam então perto de 20 anos de idade e geriam as suas próprias vidas: Isabel de Barcelos casou com o seu meio-tio (o infante D. João), talvez em 1424, enquanto os condes de Ourém (Afonso) e de Arraiolos (Fernando) faziam as suas carreiras na corte, em articulação com o pai, D. Afonso; nem a geografia, nem o objeto prioritário das suas preocupações parecem tê-los aproximado muito do sogro ou do avô, pouco interessado em prosseguir o jogo da política ativa e em frequentar os ambientes cortesãos.

Por outro lado, Nun'Álvares nunca parece ter sido um homem de residência fixa, ainda que haja longos períodos da sua vida que permanecem inacessíveis ao nosso escrutínio. Ele nunca parece ter-se enraizado em local algum, circulando como um cavaleiro andante; se tinha preferência por qualquer lugar, nós não o descortinámos. Assim, quando sentiu o peso da idade, este homem com escassa família, sem raízes claras e sem outros compromissos pode muito bem ter olhado para o Carmo como a sua verdadeira casa; fora ele que a concebera, que acompanhara a sua construção, ali investira grande parte da sua fortuna, para lá tinha levado os seus amigos de Moura, que ele próprio ajudara a escolher, incluindo o seu velho meirinho-mor. Viver em Lisboa, para Nun'Álvares, não era decerto um desenraizamento, e teria por perto alguns dos seus mais fiéis, a começar por Gil Airas, que detinha uma quinta em Almada. Naquela altura, o seu distanciamento da corte régia já era evidente, as suas ambições políticas não deviam ser nenhuma, o tempo era de satisfazer outros cuidados.

<sup>119</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 241-250, inspirado em VELASCO BAYÓN, *História da Ordem do Carmo em Portugal*.

<sup>120</sup> NASCIMENTO, *Nuno de Santa Maria*, pp. 237-239.

Do ponto de vista religioso, a decisão de receber, no verão de 1423, o hábito carmelita na condição de *semifratel* parece-nos fazer todo o sentido. No ano anterior, Nun'Álvares tinha doado aos netos o grosso dos seus bens e títulos. Fora o início de um despojamento carismático, que o velho Condestável queria agora tornar absoluto: prescindir do nome de família, abdicar dos cargos e dos títulos, reduzir-se à humilde e insignificante condição identitária de “Nuno”, o donato carmelita. Com isto, ele terá resolvido o dilema entre a detenção do poder e a salvação da alma. Vestido com uma simples samarra, ajudando os pobres e os doentes, supervisionando a gestão do convento que fundara, o antigo fronteiro alentejano –desde cedo habituado a opções radicais (políticas, pessoais e militares), como notou Maria de Lurdes Rosa<sup>121</sup>– consumava a sua *fuga mundi*, com tudo o que de redentor isso representava.

No Carmo, pequena fortaleza espiritual meio-isolada dentro da urbe lisboeta, Nun'Álvares encontrou o seu deserto, o seu ‘eremitério de cidade’. Travado pelo infante D. Duarte de uma opção mais extrema, concretizou ali, naquela sua casa e junto de companheiros que conhecia há muitos anos, na cidade que vira nascer e afirmar-se a causa do mestre de Avis, o seu ideal de *contemptus mundi*: “anonimato, aniquilação total de identidade social, fusão em humildade radical com a morte corporal”<sup>122</sup>. Na sua pequena cela, na portaria do cenóbio (junto aos pobres), ou na ermida que terá mandado construir na cerca do mosteiro, Nun'Álvares sentiria que estava, finalmente, a viver uma existência autêntica e a construir a verdadeira ponte para a eternidade. No ambiente fraternal da sua pequena comunidade monástica, perto dos “pobres da serra”, sem abdicar do controlo do convento que fundara, ele podia dar livre expressão à sua sensibilidade religiosa, nomeadamente à sua vocação mariana<sup>123</sup>, sem nunca deixar de ser ele próprio e aguardando serenamente a aproximação da morte. Esta chegou, por fim, em 1431, talvez a 1 de abril, dia de Páscoa<sup>124</sup>.

Assim que o Condestável entregou a alma ao criador, começaram – de acordo com os registos carmelitas – os milagres no próprio local da sepultura. Ao mesmo tempo, o infante D. Duarte (rei a partir de 1433) terá dado início quase imediato ao processo de canonização, mais tarde reforçado pela Casa de Bragança (herdeira de Beatriz e Afonso). O processo de santificação do maior herói português conheceu percalços sem fim, mas chegaria no entanto a bom porto no dia 26 de abril de 2009, em Roma, pela mão de Sua Santidade o Papa Bento XVI; eram 9h33 (hora de Portugal); nesse momento, o filho de Álvaro Gonçalves Pereira, vencedor de inúmeros combates –políticos, militares espirituais– atingiu o zénite da sua notoriedade universal...

<sup>121</sup> ROSA, “A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajetos de vida”, p. 434.

<sup>122</sup> ROSA, “Exercício do poder e salvação da alma”, p. 426.

<sup>123</sup> Também as seis capelas da Igreja do Carmo que deixou acabadas antes de falecer foram dedicadas à mãe de Deus (CARVALHO, “A espiritualidade do Santo Condestável”, p. 648).

<sup>124</sup> MONTEIRO, *Nuno Álvares Pereira*, pp. 309-317. Aqui se evocam também as circunstâncias do passamento e da sepultura (em campa rasa, na Igreja do Convento do Carmo) de D. Nuno, de acordo com a narrativa de Frei José Pereira de Sant'Anna, *Crónica dos Carmelitas*, I, III, 18, pp. 456-459.

## Bibliografia citada

### Fontes:

*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367)*, ed. A. H. de Oliveira Marques, INIC/Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

*Chancelarias Portuguesas: D. João I*, 4 vols, 11 tomos, ed. João José Alves Dias, Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.

*Cronica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação, 1969.

DUARTE, D., *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, ed. J. J. Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982.

*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre*, ed. Adelino de Almeida Calado, Acta Universitatis Conimbrigenis, Coimbra, 1991.

*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. José Mattoso, *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série, vols. II/1 e II/2, Lisboa, 1980.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1975.

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória, Parte Primeira*, ed. Anselmo Braancamp Freire, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória, Parte Segunda*, ed. William J. Entwistle, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

LÓPEZ DE AYALA, Pero, *Crónicas*, ed. José-Luis Martín, Planeta, Barcelona, 1991.

SANT'ANNA, Fr. José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, Oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, 1745 (2 tomos).

*Vegecio. Compêndio da Arte Militar*, Ed. (bilingue) João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

### Estudos citados:

ALLMAND, Christopher, *The De Re Militari of Vegetius. The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011.

AMADO, Teresa, *Fernão Lopes, contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Estampa, Lisboa, 1991.

AMADO, Teresa, “Fernão Lopes”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org. e coord.), Caminho, Lisboa, 1993, pp. 271-273.

BRANCO, António Manuel da Costa Guedes, *Emergência de um herói (estudo da Crónica do Condestável)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Algarve, Faro, 1998.

CARVALHO, J. Vaz de, “A Espiritualidade do Santo Condestável”, *Brotéria*, LXX (1960), pp. 628-650.

CIDADE, Hernâni, *Fernão Lopes é ou não o autor da Crónica do Condestabre?*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional*, 1990, Braga, pp. 389-462.

COSTA, Paula Pinto, “Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar”, *CEPESE, População e Sociedade*, 23 (2015), pp. 45-71.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1990.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte*, Temas e Debates, Lisboa, 2007.

DUARTE, Luís Miguel, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Livros Horizonte, Lisboa, 2015.

FONTES, João Luís, *Da “Pobre Vida” à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

GOMES, J. Pinharanda, *S. Nuno de Santa Maria. Nuno Álvares Pereira. Antologia de documentos e estudos sobre a sua espiritualidade*, Zéfiro, Sintra, 2009.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Lopes, Fernão”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, IV, Figueirinhas, Porto, 1979, pp. 56-58.

MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros Medievais Portugueses. De Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2013.

MONTEIRO, João Gouveia, *Fernão Lopes, texto e contexto*, Minerva, Coimbra, 1988.

MONTEIRO, João Gouveia, “A campanha anglo-portuguesa em Castela, em 1387 – Técnicas e tácticas da guerra peninsular nos finais da Idade Média”, *VI Colóquio “Portugal na História Militar”*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1995, pp. 73-96.

MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*. 2.<sup>a</sup> ed., Tribuna da História, Lisboa, 2007.

MONTEIRO, João Gouveia, “The Battle of Aljubarrota (1385): A Reassessment”, *Journal of Medieval Military History*, VII (2009), pp. 75-103.

MONTEIRO, João Gouveia, “Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do ‘paradigma Gillingham’”, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaaios de história militar antiga e medieval*, Salamandra, Lousã, 2010, pp. 137-168.

MONTEIRO, João Gouveia, “O Chefe Militar”, *Grandes chefes da História de Portugal*, Ernesto Castro Leal e José Pedro Zúquete (coord.), Texto Editores, Alfragide, 2012.

MONTEIRO, João Gouveia, *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, senhor feudal, santo*, Manuscrito, Lisboa, 2017.

NASCIMENTO, Aires A., *Cernache do Bom Jardim. Terra do Santo Condestável*, Associação *Regina Mundi*, Lisboa, 2009.

NASCIMENTO, Aires A., *Nuno de Santa Maria. Fragmentos de memória persistente*, Associação *Regina Mundi*, Lisboa, 2010.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, Porto, 1999.

PRESTWICH, Michael, *Armies and Warfare in the Middle Ages. The English Experience*, Yale University Press, New Haven e Londres, 1996.

ROSA, Maria de Lurdes, “A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajetos de vida”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 369-450.

ROSA, Maria de Lurdes, “Exercício do poder e salvação da alma. A fuga mundi nos círculos cortesãos tardo medievais portugueses”, *Poder, piedad y devoción. Castilla e su entorno (siglos XIII-XIV)*, Isabel Beceiro Pita (dir.), Sílex, Madrid, 2014, pp. 423-451.

RUSSELL, Peter, *As fontes de Fernão Lopes*, trad. port., Coimbra, 1941.

RUSSELL, Peter, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, trad. port. (ed. ingl. orig.: Oxford, 1955), Imprensa Nacional-Casada Moeda, Lisboa, 2000.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, “Para a história do culto do B.º Nun’ Álvares. Um documento inédito”, *Brotéria*, VII (1928), pp. 393-398.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, “O Infante Santo e a Cúria Pontifícia”, *Brotéria*, X (1930), pp. 20-28.

SARAIVA, António José, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1988.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, “O Sangue, a Cruz e a Coroa. A memória do Salado em Portugal”, *Penélope*, 2 (1989), pp. 27-48.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000.

TAROUCA, Carlos da Silva, “O «Santo Condestável» pode ser canonizado?”, *Brotéria*, fasc. 2-3 (1949), pp.129-140.

VELASCO BAYÓN, Balbino, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Paulinas, Lisboa, 2001.

